Jornal **O DIA** SP

www.jornalodiasp.com.br | QUINTA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2021 | Nª 24.999 | Preço banca: R$ 3,50

Copom eleva juros básicos da economia para 6,25% ao ano

Em meio ao aumento da inflação de alimentos, combustíveis e energia, o Banco Central (BC) apertou ainda mais os cintos na política monetária. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa Selic - juros básicos da economia - de 5,25% para 6,25% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros. A taxa está no nível mais alto desde julho de 2019, quando estava em 6,5% ao ano. Esse foi o quinto reajuste consecutivo na taxa Selic. De março a junho, o Copom tinha elevado a taxa em 0,75 ponto percentual em cada encontro. No início de agosto, o BC passou a aumentar a Selic em 1 ponto a cada reunião.

Com a decisão da quarta-feira (22), a Selic continua num ciclo de alta. De julho de 2015 a outubro de 2016, a taxa permaneceu em 14,25% ao ano. Página 4

São Paulo sela acordo para fornecer vacinas do Butantan a cinco estados

Página 2

IOF não financiará Auxílio Brasil em 2022, diz secretário

Página 3

SP antecipa de 12 para 8 semanas aplicação da segunda dose da Pfizer

O Governador João Doria anunciou na quarta-feira (22) a antecipação de 12 para 8 semanas o intervalo de aplicação da segunda dose da vacina contra COVID-19 da Pfizer. A confirmação da medida ocorreu durante evento para selar acordo de fornecimento de 2,5 milhões de doses da vacina do Butantan para os estados do Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará e Piauí. Página 2

Produção agrícola em 2020 bate novo recorde e atinge R$ 470,5 bilhões

O valor da produção agrícola do país em 2020 bateu novo recorde e atingiu R$ 470,5 bilhões, 30,4% a mais do que em 2019. A produção agrícola nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas chegou, no ano passado, a 255,4 milhões de toneladas, 5% maior que a de 2019, e a área plantada totalizou 83,4 milhões de hectares, 2,7% superior à de 2019.

Os dados constam da publicação Produção Agrícola Municipal (PAM) 2020, divulgada na quarta-feira (22) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Página 3

Dólar fecha acima de R$ 5,30 após anúncio do Banco Central americano

Página 4

Países em desenvolvimento pedem que ricos parem de estocar vacinas

Líderes de países em desenvolvimento alertaram a Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) nesta semana que o armazenamento de vacinas contra covid-19 por parte dos países ricos deixa a porta aberta para o surgimento de variantes do novo coronavírus no momento em que as infecções já aumentam em muitos lugares.

As Filipinas avisaram sobre uma "seca (de vacinas) criada pelo homem" em países pobres, o Peru disse que a solidariedade internacional fracassou e Gana lamentou o nacionalismo da vacina.

Já o chefe da ONU descreveu a distribuição desigual de vacinas contra covid-19 como uma "obscenidade".

"Países ricos armazenam vacinas que salvam vidas, enquanto nações pobres esperam ninharias", disse o presidente filipino, Rodrigo Duterte, na terça-feira.

Cerca de 35% das pessoas que receberam ao menos uma dose de vacina contra o novo coronavírus são de países de alta renda, e ao menos 28% são da Europa e da América do Norte, segundo dados da Reuters coletados em países que divulgam esses números. Enquanto isso, as taxas de vacinação em alguns países, como o Haiti e a República Democrática do Congo, são de menos de 1%, mostrou o serviço de monitoramento da Reuters.

O continente africano é a maior vítima do nacionalismo da vacina, disse o presidente ganês, Nana Akufo-Addo, na quarta-feira. Cerca de 900 milhões de africanos ainda necessitam de vacinas para atingir o patamar de 70% alcançado em outras partes do mundo. (Agencia Brasil)

Governo melhora projeção de déficit primário para R$ 139 bi em 2021

Foto/Marcello Casal Jr/ABr

O aumento da arrecadação decorrente da recuperação econômica e a elevação de receitas extras fizeram a equipe econômica melhorar a projeção de déficit primário neste ano. Segundo o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado na quarta-feira (22). Página 3

Previsão do Tempo

Quinta: Dia de sol com algumas nuvens e névoa ao amanhecer. Noite com poucas nuvens.

22º C
11º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,30
Venda: 5,30

Turismo
Compra: 5,31
Venda: 5,46

EURO

Compra: 6,20
Venda: 6,20

Esporte

Bicampeões Victor Corrêa/ Maicol de Souza querem reagir no campeonato

A terceira rodada dupla do Campeonato Brasileiro de Rali de Velocidade, com a disputa do Rally de Rio Negrinho, a 266 km de Florianópolis, capital de Santa Catarina, neste fim de semana (25 e 26/9), pode marcar novamente a tremenda reação que levou a dupla Victor Corrêa/Maicol Souza (Unifenas/RT One Rally) ao bicampeonato da categoria R5 (veículos 4x2 com preparação limitada) na temporada passada. Página 8

Foto/ Edson Castro

Dupla *segue confiante para mais um bom resultado*

Maverick Kart Team vence Endurance 6h KGV

Finalmente chegou a primeira vitória de expressão do Maverick Kart Team, depois de excelentes apresentações e pódios nas últimas provas de longa duração do kartismo. E ela veio com categoria, depois de pole position em grid de 65 karts, e volta mais rápida com dois karts diferentes no Endurance 6 Horas KGV, disputado no último fim de semana no Kartódromo Granja Viana, em Cotia (SP).

"Já estávamos batendo na trave e essa vitória só veio consolidar o nosso trabalho como equipe. Nossa evolução é nítida a cada Endurance, tanto na pista quanto nos boxes. Com essa vitória mostramos o nosso real valor, tanto para as demais equipes como até para nós mesmos", comentou Antonio de Oliveira. Página 8

Corrida de São Silvestre é destaque em retomada de grandes eventos no Estado

Foto/ Divulgação

O Governo do Estado de São Paulo divulgou, na quarta-feira (22), a realização de grandes eventos como parte da retomada econômica do Estado de São Paulo, entre eles a 96ª Corrida Internacional de São Silvestre. A principal corrida de rua da América Latina será no dia 31 de dezembro de 2021. Os protocolos sanitários serão anunciados em breve e publicados no site oficial.

Nesta edição, há algumas novidades. Além da disputa presencial, está disponível a opção do Pelotão Premium. Página 8

Nível técnico elevado marcou o Circuito Paulista de Vôlei de Praia no fim de semana

Foto/Divulgação

A temporada o Circuito Paulista de Vôlei de Praia para a categorias de base começou em grande estilo. No fim de semana, 29 duplas (58 atletas) das categorias Sub 17 e Sub 19. Página 8

SP sela acordo para fornecer vacinas do Butantan a cinco estados

O Governador João Doria anunciou na quarta-feira (22) que o Instituto Butantan selou acordo com os estados do Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará e Piauí para fornecimento da CoronaVac. O Governo de SP e o Instituto Butantan liberaram um total de 2,5 milhões de doses para que os cinco estados possam fortalecer os respectivos planos de imunização contra a COVID-19.

"A razão que traz governadores de diferentes regiões do país a São Paulo é a mais nobre. É celebrar a vacina Coronavac, produzida pelo Butantan, para salvar vidas e proteger a saúde de suas populações. Serão liberados aos estados um total de 2,5 milhões de doses de vacinas do Butantan para que mais brasileiros nos estados do Nordeste, Sudeste, Norte e Centro Oeste possam ser mais rapidamente imunizados", disse Doria.

A celebração dos contratos ocorreu durante cerimônia na sede do Butantan, com as presenças de Doria e do presidente do instituto, Dimas Covas. Ambos receberam os governadores Camilo Santana, do Ceará; Wellington Dias, do Piauí; Helder Barbalho, do Pará; e Renato Casagrande, do Espírito Santo.

Conforme previsto nos acordos firmados, o Pará vai receber 1 milhão de doses da Coronavac. Os estados do Espírito Santo e Mato Grosso contrataram 500 mil doses cada. Completando o carregamento de 2,5 milhões de vacinas, o Ceará irá receber 300 mil doses e o Piauí ficará com outras 200 mil.

"Desde o início, o Butantan sempre foi muito solícito quando apresentamos o desejo de adquirir vacinas. Fato importante, porque agora distribuiremos rapidamente as vacinas aos municípios. Uma garantia a mais de que vidas serão salvas e um trabalho importante que vai ser complementado por essa compra que estamos fazendo", afirmou Renato Casagrande.

A produção do Instituto Butantan envolve processos de envase, rotulagem, embalagem e um rigoroso controle de qualidade antes do fornecimento das vacinas. As doses disponibilizadas vão contribuir com os planos de imunização e enfrentamento da pandemia nos cinco estados, que ficam localizados nas regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste e Sudeste do país.

"Quero cumprimentar o Governador João Doria que, por seu empenho e empenho de sua equipe, de modo destacado o Instituto Butantan, tem ajudado nessa missão do Brasil de salvar vidas. Somos governadores de diferentes regiões do Brasil e de diferentes partidos. O que nos une? Um pacto pela vida. Seguir a ciência é o que nos une", destacou Wellington Dias. "Hoje é um dia histórico, estamos dando um passo muito importante para que possamos salvar vidas", completou.

Dados do próprio Ministério da Saúde indicam que a Coronavac reduziu em 88% as mortes por COVID-19 entre pessoas com mais de 70 anos em todo país. A média semanal de óbitos caiu de 1.316 por dia em 28 de março para 164 em 20 de agosto. Nos cinco estados mencionados, o percentual de queda varia de 75%, no Espírito Santo, até 95% no Ceará. Em 28 de março, as vacinas da Pfizer e da Janssen ainda não eram aplicadas no Brasil e a Coronavac era aplicada em 8 a cada 10 idosos.

"Quero parabenizar o Instituto Butantan pela condução durante este período de pandemia. A primeira vacina utilizada no nosso país foi a CoronaVac e isso tem sido muito importante para salvar vidas e proteger a população brasileira, em especial a população do Estado do Ceará," disse Camilo Santana.

No último dia 15 de setembro, o Instituto Butantan finalizou a entrega das 100 milhões de doses ao Programa Nacional de Imunização (PNI), com a liberação de um lote de mais de 6,9 milhões doses da CoronaVac. As vacinas liberadas faziam parte do segundo contrato firmado com o Ministério da Saúde, de 54 milhões de vacinas. O primeiro, de 46 milhões, foi concluído em 12 de maio.

"Festejar o dia de hoje como mais um passo da união de esforços, em favor da vida, da proteção e da imunização dos brasileiros. Graças à ciência, à pesquisa e a um conjunto de cidadãos e cidadãs que se doam a esta causa, o mundo descobriu a vacina, que está sendo a única alternativa para que possamos nos proteger e consequentemente virar a página deste momento dramático da vida mundial", afirmou Hélder Barbalho.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Aprovado projeto de lei do vereador Marcelo Messias (MDB), criando o Fundo de Assistência Social e Solidariedade da Cidade de São Paulo, que deve ser sancionado pelo ex-vereador e prefeito Ricardo Nunes (MDB)

.

PREFEITURA (São Paulo)

Agora que voltará a existir o Fundo de Assistencia Social e Solidariedade da Cidade São Paulo, a esposa do Ricardo Nunes (MDB) e 1ª Dama Regina - que já trabalha muito - terá Conselho Deliberativo (10 membros)

.

ASSSEMBLEIA (São Paulo)

Com a anunciada fusão do DEM (ex-PFL) engolindo o PSL, as direções estaduais não terão necessariamente a presidência - como no caso da nacional com o deputado federal (PE) Luciano Bivar. O mercado tá aquecido

.

GOVERNO (São Paulo)

João Doria (PSDB 'liberal de centro') já tá em 2022. Ontem, mostrou que governadores - até do PT - tão com ele pra comprar a Butanvac. E pensar que até 2016 dizia-se apenas um gestor e não um político profissional

.

CONGRESSO (Brasil)

Ontem, a CPI das Covids' quase operou (sem anestesia) o médico Pedro Batista, diretor executivo da operadora de planos de Saúde e Hospitais Prevent Senior. Seus advogados devem estancar as sangrias ...

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

De volta da fala na ONU, Jair Bolsonaro comemora a Lei do Mandante no Futebol Empresa. Vai acabar com o monopólio que a Globo (tv) vinha tendo. Agora, os clubes vão negociar com Band, Record, SBT etc. ...

.

PARTIDOS (Brasil)

Senado aprovou a PEC 28/21 em 2º turno (reforma eleitoral) rejeitou a volta das coligações pras eleições 2022. Agora tem contagem em dobro de votos pras mulheres e pretos ? Tá criado um novo mercado ?

.

JUSTIÇAS (Brasil)

O que mesmo o Supremo Tribunal Federal aprovou como Consitucional (artigo 15-A da lei 9096/95) ? Será a institucionalização do famoso calote das instâncias partidárias devedoras em questões civis trabalhistas ?

.

M Í D I A S

Cesar Neto é jornalista desde 1992 e colunista de política na imprensa (São Paulo - Brasil) desde 1993. O site cesarneto.com virou referência da liberdade possível. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara paulistana) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia paulista)

.

Twitter @cesarnetoreal

cesar@cesarneto.com

Com mais de 150 opções, 83% dos serviços do Poupatempo já são digitais

Durante os oito primeiros meses deste ano, o Poupatempo já contabiliza mais de 26 milhões de atendimentos. Com o avanço dos serviços eletrônicos, cada vez mais pessoas optam pelo atendimento remoto, que oferece comodidade, segurança, além de economia de tempo e dinheiro, podendo ser feito de qualquer lugar.

Entre os meses de janeiro e agosto de 2021, foram 21,5 milhões de atendimentos online, o que representa 83% da demanda total, contra 4,5 milhões presenciais, nas 85 unidades do Poupatempo no Estado.

Neste mês de setembro, novas funcionalidades foram incluídas no aplicativo Poupatempo Digital, como a apresentação da terceira dose da vacina contra a Covid-19, alteração de endereço de veículo e serviços da Prefeitura de Itatinga, no interior paulista.

Além do app, que representa atualmente 73% da demanda pelas plataformas digitais, o Poupatempo também conta com o portal – www.poupatempo.sp.gov.br – e totens de autoatendimento, distribuídos em diversas localidades do Estado.

"A população está cada vez mais habituada a realizar serviços no conforto de casa. Pensando em melhorar a experiência do usuário, a Prodesp trabalha para aprimorar as opções já existentes e ampliar a quantidade de atendimentos oferecidos pelas plataformas digitais, inclusive realizando parcerias com diversas prefeituras para adicionar serviços municipais nos totens, portal e aplicativo do Poupatempo", explica Murilo Macedo, diretor da Prodesp, empresa de Tecnologia do Governo de São Paulo, responsável pela administração do Poupatempo.

Entre os mais procurados pelos canais digitais, estão pesquisa de pontuação, renovação e segunda via de CNH, Licenciamento, Carteira de Vacinação e consulta de IPVA. Outros, como Atestado de Antecedentes Criminais, Carteira de Trabalho, seguro-desemprego, CDHU, Sabesp e Bolsa do Povo, por exemplo, também são oferecidos pelas plataformas do Poupatempo.

Em situações em que o cidadão precise comparecer presencialmente em um dos postos para concluir seu atendimento, como para emissão do RG, é necessário agendar previamente o dia e horário para ser atendido pelo portal ou aplicativo do programa.

Desde o início da atual gestão, a Prodesp trabalha para ampliar a oferta de serviços digitais do Poupatempo. Atualmente, são 152 opções e o objetivo do programa é chegar a 180 ainda este ano, e a mais de 240 até o fim de 2022.

Antecipada de 12 para 8 semanas aplicação da segunda dose da Pfizer

O Governador João Doria anunciou na quarta-feira (22) a antecipação de 12 para 8 semanas o intervalo de aplicação da segunda dose da vacina contra COVID-19 da Pfizer. A confirmação da medida ocorreu durante evento para selar acordo de fornecimento de 2,5 milhões de doses da vacina do Butantan para os estados do Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará e Piauí.

Quem já recebeu a primeira dose do imunizante da Pfizer poderá concluir seu esquema vacinal quatro semanas antes do prazo inicialmente indicado na carteira de vacinação.

"O Governo de São Paulo tomou a decisão de antecipar a vacinação na mesma linha dos governadores que aqui estão. Todos estão comprometidos com a ciência. Desde o início da pandemia defenderam a ciência, se expondo publicamente na tomada de medidas para a proteção da vida de seus cidadãos", disse Doria.

A nova estratégia definida pelo PEI (Plano Estadual de Imunização) poderá ser realizada a partir desta sexta-feira (24) pelos 645 municípios. Conforme balanço da campanha, 6,9 milhões de pessoas já imunizadas com a primeira dose serão beneficiadas com esta redução de tempo de espera.

Para reforçar as orientações à população, a Secretaria de Estado da Saúde e a Prodesp (Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo) estão reprogramando o disparo de mensagens de texto pelo celular (SMS) e e-mail com informações sobre esta medida, reforçando a recomendação para consulta aos cronogramas das cidades de residência e conferir a sua carteira de vacinação.

Cada cidadão que já recebeu a primeira dose da Pfizer poderá conferir sua carteirinha para verificar a nova previsão de retorno ao posto, contando em seu calendário 28 dias antes da data até então sinalizada para receber a segunda dose.

"A partir de hoje, cerca de 2 milhões de doses estão sendo enviadas aos 645 municípios do Estado para que a gente possa fazer antecipação e a conclusão do esquema vacinal", explicou a Coordenadora do PEI, Regiane de Paula.

Projeto Tietê leva saneamento e reduz poluição a 12,4 milhões de pessoas

O Projeto Tietê, da Sabesp, já levou coleta e tratamento de esgoto a 12,4 milhões de pessoas na Região Metropolitana de São Paulo. É como se a população de Londres e Paris, somadas, passassem a ter saneamento desde que as obras tiveram início, em 1992. Isso foi alcançado nos últimos anos por meio das obras da Sabesp de ampliação do sistema de coleta, transporte e tratamento de esgoto. Em 1992, início do Projeto Tietê, o índice de coleta de esgoto era de 70%, hoje está em 92%. Já o tratamento do esgoto coletado saltou de 24% em 1992 para 83% atualmente.

Ao todo, a Sabesp investiu US$ 3,1 bilhões nas obras, construindo no período 4.650 km de redes coletoras, coletores-tronco e interceptores de esgoto. Em linha reta, é o mesmo que implantar tubulação de São Paulo até Bogotá, na Colômbia.

Redução da mancha de poluição

De acordo com a SOS Mata Atlântica, a mancha de poluição do Rio Tietê alcança hoje 85 km. Em 2020, essa mancha tinha 150 km. No início dos anos 1990, ela se estendia por mais de 500 km. Além da redução da mancha, houve aumento dos trechos do rio com qualidade boa: hoje são 124 km ante 94 km no ano anterior. O trabalho realizado pela Sabesp no Projeto Tietê vem contribuindo para a diminuição dessa mancha, que apresenta tendência de queda histórica desde a década de 1990, ainda que com flutuações momentâneas. A limpeza de rios não depende só do saneamento.

O descarte adequado do lixo por toda a sociedade e a coleta regular do lixo pelas prefeituras são fatores fundamentais para a melhoria gradativa das águas, assim como o controle do uso e ocupação do solo, principalmente nas várzeas dos rios e córregos.

Desafios

As obras realizadas pelo Projeto Tietê, em sua maior parte, são subterrâneas. Aquelas obras que ninguém vê e, quando tem a oportunidade de conhecer, se surpreende. Tubulações implantadas até mais de 20 metros de profundidade, que se deparam com interferências subterrâneas, ao lado de grandes avenidas, rios, mas também em espaços mínimos, no meio de um conglomerado de imóveis, o que torna o desafio ainda maior. Método subterrâneo com tecnologia de ponta perfura o subsolo para implantar, com o menor impacto possível para os transeuntes e motoristas, tubulações de grande porte que levam o esgoto coletado dos imóveis até uma estação de tratamento de esgotos por quilômetros da nossa metrópole.

Saneamento nas comunidades

A ampliação da infraestrutura de saneamento na Região Metropolitana tem como um dos principais desafios as ocupações informais, que são resultado do crescimento desordenado das grandes cidades. Para fazer frente a isso, a Sabesp tem adotado soluções inovadoras para atender bairros e comunidades que cresceram em cima de córregos e rios. Um exemplo é a Comunidade Vietnã, no entorno do córrego Águas Espraiadas e onde a Sabesp já iniciou obras para levar coleta e tratamento de esgoto. Serão beneficiadas mais de 1,2 mil residências com 2,5 km de tubulações.

Novo Rio Pinheiros – 400 mil imóveis já ligados na rede

Outra importante frente de trabalho da Sabesp é o programa Novo Rio Pinheiros, iniciativa do Governo do Estado de São Paulo com coordenação da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. A meta até o fim de 2022 é reduzir o esgoto lançado em seus afluentes, melhorar a qualidade das águas e integrá-lo à cidade. Desde 2019, já foram conectados à rede de esgoto perto de 400 mil imóveis, o que corresponde a 75% da meta de 533 mil imóveis, beneficiando 1,2 milhão de pessoas com saneamento – ou a população de uma cidade do porte de Campinas.

O programa tem ainda participação de Cetesb, EMAE, DAEE e da Prefeitura de São Paulo. A Sabesp é responsável pelo eixo de saneamento e investe ao todo R$ 1,7 bilhão no programa, beneficiando com mais saúde e qualidade de vida uma população de 3,3 milhões de pessoas na região da bacia do rio Pinheiros em São Paulo, em Embu das Artes e em Taboão da Serra. As obras da Sabesp no programa devem gerar 4,1 mil empregos.

Saneamento é saúde

O Projeto Tietê é um programa de saúde pública. A ampliação da cobertura com coleta e tratamento de esgoto contribui para a redução dos índices de doenças de veiculação hídrica. A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que para cada US$ 1,00 investido em saneamento há uma economia de US$ 4,00 em saúde pública.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Governo melhora projeção de déficit primário para R$ 139 bi em 2021

O aumento da arrecadação decorrente da recuperação econômica e a elevação de receitas extras fizeram a equipe econômica melhorar a projeção de déficit primário neste ano. Segundo o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado na quarta-feira (22), a estimativa de resultado negativo em 2021 passou de R$ 155,4 bilhões em julho (1,8% do Produto Interno Bruto, PIB) para R$ 139,4 bilhões (1,6% do PIB).

O déficit primário representa o resultado negativo nas contas do governo desconsiderando os juros da dívida pública. As estimativas estão melhores que a meta determinada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de R$ 247,1 bilhões para o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central), com a possibilidade de abatimento até R$ 40 bilhões de gastos relacionados ao enfrentamento da pandemia de covid-19.

Divulgado a cada dois meses, o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas orienta a execução do Orçamento. Com base nas estimativas de arrecadação, de gastos obrigatórios, de desempenho da economia e de cumprimento do teto de gastos, o governo define o quanto contingenciará (bloqueará) ou descontingenciará (liberará) do Orçamento.

O Orçamento de 2021 havia sido integralmente descontingenciado no relatório anterior, em julho. Por causa do cumprimento do teto de gastos, o governo deverá bloquear R$ 288,4 milhões, considerado um valor residual pela equipe econômica, até o próximo relatório, em novembro.

Receitas e despesas

A previsão de receitas líquidas aumentou para R$ 1,508 trilhão, valor R$ 31,5 bilhões superior ao do relatório anterior. Além do crescimento da economia, que se reflete no pagamento de mais impostos, o valor foi impulsionado pelo crescimento de R$ 19,5 bilhões em receitas não administradas.

As novas projeções para as receitas não administradas foram influenciadas principalmente pela alta no pagamento de dividendos de estatais ao Tesouro (+R$ 7,9 bilhões), motivada pela melhoria do lucro das estatais, e em royalties de recursos naturais (+R$ 7,7 bilhões), decorrentes do aumento do preço do petróleo no mercado internacional.

A estimativa para o gasto foi elevada em R$ 15,5 bilhões, para R$ 1,647 trilhão. Além do crescimento de R$ 3,9 bilhões nos gastos com a Previdência Social, contribuiu para a revisão a Medida Provisória 1.062/2021, que liberou crédito extraordinário de R$ 9,1 bilhões para o Ministério da Saúde enfrentar a pandemia de covid-19. Pela legislação, créditos extraordinários estão fora do teto de gastos.

Projeções

Apesar do crescimento das despesas nos últimos dois meses, o relatório prevê que a despesa primária fechará 2021 em 19% do PIB, abaixo dos 19,3% registrados em 2018. Para 2022, caso o Orçamento seja aprovado conforme o texto enviado pela equipe econômica, a proporção deverá cair para 17,5% do PIB, proporção inferior à registrada em 2014 (18,1%). Na avaliação do Ministério da Economia, essa melhora deve-se ao teto federal de gastos.

O relatório também prevê que a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), principal indicador usado nas comparações internacionais, deverá fechar 2021 em 81,2% do PIB. Em 2020, a DBGG tinha subido para 88,8% do PIB por causa da emissão de títulos públicos que custeou diversos gastos relacionados à pandemia, principalmente o auxílio emergencial e o programa de ajuda aos estados e municípios. Para 2022, o relatório estima que a DBGG cairá para 79,8% do PIB. (Agencia Brasil)

IOF não financiará Auxílio Brasil em 2022, diz secretário

O aumento recente no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) não pretende financiar a ampliação do Bolsa Família em 2022, disse na quarta-feira (22) o secretário especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Bruno Funchal. Segundo ele, a medida deve fornecer recursos somente para a criação do Auxílio Brasil, em novembro.

"Isso nunca entrou no radar do governo", declarou Funchal, em entrevista coletiva para explicar o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, documento que orienta a execução do Orçamento.

Em relação aos próximos anos, Funchal disse que a expansão do Bolsa Família deverá ser custeada pela tributação de dividendos, parcela do lucro das empresas distribuídas aos acionistas. A proposta consta da reforma do imposto de renda, aprovada pela Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado.

Segundo o secretário, o pagamento de um benefício médio de R$ 300 e a expansão do programa de 14,7 milhões para 17 milhões de famílias custará R$ 5 bilhões em 2021, valor a ser financiado com a elevação do IOF, e R$ 26 bilhões por ano a partir de 2022.

Funchal não respondeu se o governo tem um plano alternativo, caso o Congresso não aprove a reforma do imposto de renda. Apenas ressaltou que o projeto de lei está avançando no Senado.

Teto de gastos

Embora a reforma do imposto de renda financie a transformação do Bolsa Família no Auxílio Brasil, o novo programa social depende de espaço no teto de gastos para sair do papel. Dessa forma, o governo pretende aprovar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite o parcelamento de precatórios (dívidas do governo reconhecidas definitivamente pela Justiça) a partir de 2022. (Agencia Brasil)

Produção agrícola em 2020 bate novo recorde e atinge R$ 470,5 bilhões

O valor da produção agrícola do país em 2020 bateu novo recorde e atingiu R$ 470,5 bilhões, 30,4% a mais do que em 2019. A produção agrícola nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas chegou, no ano passado, a 255,4 milhões de toneladas, 5% maior que a de 2019, e a área plantada totalizou 83,4 milhões de hectares, 2,7% superior à de 2019.

Os dados constam da publicação Produção Agrícola Municipal (PAM) 2020, divulgada na quarta-feira (22) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"Com a valorização do dólar frente ao real, houve também um crescimento na demanda externa desses produtos, o que causou impacto direto nos preços das principais commodities, que apresentaram significativo aumento ao longo do ano. Como resultado, os dez principais produtos agrícolas, em 2020, apresentaram expressivo crescimento no valor de produção, na comparação com o ano anterior", explicou o IBGE.

A cultura agrícola que mais contribuiu para a safra 2020 foi

Foto/Claudio Neves/Portos do Paraná

a soja, principal produto da pauta de exportação nacional, com produção de 121,8 milhões de toneladas, gerando R$ 169,1 bilhões, 35% acima do valor de produção desta cultura em 2019.

Em segundo lugar no ranking de valor, veio o milho, cujo valor de produção chegou a R$ 73,949 bilhões, com alta de 55,4% ante 2019. Pela primeira vez desde 2008, o valor de produção do milho superou o da cana-de-açúcar (R$ 60,8 bilhões), que caiu para a terceira posição. A produção de milho cresceu 2,8%, atingindo novo recorde: 104 milhões de toneladas.

O café foi o quarto produto em valor de produção, atingindo R$ 27,3 bilhões, uma alta de 54,4% frente ao valor de 2019. Já a produção de café chegou a 3,7 milhões de toneladas, com alta de 22,9% em relação ao ano anterior, mantendo o Brasil como maior produtor mundial.

No ano passado, Mato Grosso foi o maior produtor de cereais, leguminosas e oleaginosas do país, seguido pelo Paraná, por Goiás e o Rio Grande do Sul.

Em relação ao valor da produção, Mato Grosso, destaque nacional na produção de soja, milho e algodão, continua na primeira posição no ranking, aumentando sua participação nacional para 16,8%, novamente à frente de São Paulo, destaque no cultivo da cana-de-açúcar. O Paraná, maior produtor nacional de trigo e segundo de soja e milho, ocupou, em 2020, a terceira posição em valor de produção, à frente de Minas Gerais, destaque na produção de café.

"O Rio Grande do Sul, que teve a produtividade de boa parte das culturas de verão afetadas pela estiagem prolongada no início de 2020, apresentou retração de 6,9% no valor de produção agrícola, caindo para a quinta posição no ranking, com participação nacional de 8,1%", informou o IBGE,

Os 50 municípios com os maiores valores de produção agrícola do país concentram 22,7% (ou R$ 106,9 bilhões) do valor total da produção agrícola nacional. Desses 50 municípios, 20 eram de Mato Grosso, seis da Bahia e seis de Mato Grosso do Sul.

Sorriso (MT) manteve a liderança entre os municípios com maior valor de produção: R$ 5,3 bilhões, ou 1,1% do valor de produção agrícola do país. Em seguida, vieram São Desidério (BA), com R$ 4,6 bilhões, e Sapezal (MT) com R$ 4,3 bilhões. (Agencia Brasil)

Com sistema no limite, Minas pode ter desabastecimento elétrico

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, afirmou na quarta-feira (22) que o sistema elétrico que abastece o estado está operando no limite de sua capacidade, por causa da crise hídrica, e que há risco de desabastecimento.

"Vivemos um momento de escassez de chuvas e, consequentemente, uma crise hídrica que está se desdobrando para se tornar uma crise energética", declarou Zema ao participar, nesta manhã, do anúncio de medidas para tombar os lagos do Peixoto e de Furnas (este, a maior extensão de água do estado, com 1.440 quilômetros quadrados (km²), ou quatro vezes a área da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro).

Zema disse que tem acompanhado de perto a situação e que. a qualquer momento, pode haver regiões desabastecidas de energia elétrica. "O nosso sistema, hoje, está operando no limite, apesar de todas as usinas termoelétricas estarem funcionando", afirmou Zema, ressaltando que o problema não se restringe ao estado, é complexo e exige planejamento.

"Este não é um problema que se resolve de hoje para o ano que vem, mas sim um problema que deveria ter sido resolvido há 10, 20, 30 anos. Temos visto, nos noticiários, as represas, os reservatórios de Belo Monte e Santo Antônio, produzirem apenas 3%, 4% da capacidade, porque, quando foram construídas, não foi permitida a construção de um lago. Então, temos termelétricas altamente poluidoras, caras e que penalizam o consumidor porque, no passado, tivemos opositores à construção de lagos", acrescentou Zema.

Ele criticou o nível operacional das duas grandes usinas construídas, respectivamente, na bacia do Rio Xingu, no Pará, e em Rondônia, no Rio Madeira. "Como todo o sistema de energia é conectado, quando algo dá errado em algum lugar, reflete-se em outro", completou Zema, que diz já estar discutindo a questão com autoridades federais.

A falta de chuva e a consequente escassez hídrica já forçou o governo mineiro a restringir a captação e o uso da água no estado. No início do mês, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) prorrogou até 15 de outubro a declaração de situação crítica na Bacia do Rio Suaçuí Grande, no Vale do Rio Doce, limitando a captação de água para indústrias, irrigação e consumo humano.

Com a declaração de escassez, impõem-se a todas as captações de água superficial as seguintes restrições de uso: redução de 20% do volume diário outorgado para as captações de água para a finalidade de consumo humano, dessedentação animal e abastecimento público; redução de 25% para a finalidade de irrigação; 30% para as captações de água para a finalidade de consumo industrial e agroindustrial e redução de 50% do volume outorgado para as demais finalidades.

O descumprimento das restrições pode resultar na suspensão total dos direitos de uso de recursos hídricos até o fim da vigência da situação crítica de escassez hídrica. (Agencia Brasil)

INTERNACIONAL

Nível do mar continua a subir em ritmo alarmante, alerta relatório

O nível dos oceanos continua a subir em ritmo alarmante de 3,1 milímetros (mm) por ano, devido ao aquecimento global e ao derretimento do gelo na Terra, informou na quarta-feira (22) o Serviço de Monitoramento do Meio Marinho do programa Copernicus.

A extensão do gelo marinho do Ártico tem diminuído constantemente. Entre 1979 e 2020 perdeu o equivalente a seis vezes o tamanho da Alemanha, de acordo com o relatório divulgado nesta quarta-feira.

A extrema variação entre períodos de frio e ondas de calor no Mar do Norte está relacionada com mudanças na captura de linguado, lagosta europeia, robalo, salmonete e caranguejos.

A poluição causada pelas atividades em terra, como a agricultura e a indústria, tem impacto nos ecossistemas marinhos, reforçaram os especialistas na quinta edição do relatório sobre o estado dos oceanos.

O aquecimento dos oceanos e o aumento de salinidade intensificaram-se no Mediterrâneo na última década.

"Estima-se que o aquecimento do Oceano Ártico contribua com quase 4% para o aquecimento global dos oceanos", diz o relatório.

Mais de 150 cientistas, de cerca de 30 instituições europeias, colaboraram no trabalho. De acordo com as conclusões, o oceano passa por "mudanças sem precedentes", o que terá enorme impacto no bem-estar humano e nos ambientes marinhos.

O documento é apresentado como uma referência para a comunidade científica, líderes mundiais e o público em geral.

A combinação desses fatores pode causar "eventos extremos" em áreas mais vulneráveis, como Veneza, onde em 2019 uma subida do nível das águas fora do comum, uma forte maré e condições climáticas extremas na região provocaram a chamada "Acqua Alta" - quando o nível da água subiu para um máximo de 1,89 metros.

Os cientistas explicaram que a poluição por nutrientes oriundos de atividades terrestres, como a agricultura e a indústria, tem "efeito devastador na qualidade da água" do oceano.

O aumento do crescimento das plantas pode levar à redução dos níveis de oxigênio na água do mar e até mesmo bloquear a luz natural, "com efeitos potencialmente graves" nos ambientes costeiros e na biodiversidade marinha.

No Mar Negro, por exemplo, o percentual de oxigénio tem diminuído desde o início das medições, em 1955.

O aquecimento da água do mar faz com que algumas espécies de peixes migrem para águas mais frias, levando à introdução de espécies não nativas num determinado habitat, como aconteceu em 2019 quando o peixe-leão migrou do Canal do Suez para o Mar Jónico, devido ao aumento das temperaturas na Bacia do Mediterrâneo.

Segundo o relatório, o gelo marinho do Ártico continua muito abaixo da média e diminui em ritmo alarmante.

Nos últimos 30 anos, o gelo marinho do Ártico diminuiu continuamente em extensão e espessura. Desde 1979, a cobertura de gelo em setembro reduziu 12,89% por década, com mínimos recordes nos últimos dois anos.

A perda contínua do gelo marinho do Ártico pode contribuir para o aquecimento regional, a erosão das costas árticas e as mudanças nos padrões climáticos globais. (Agencia Brasil)

OMS fixa limites mais restritivos para poluentes atmosféricos

A Organização Mundial de Saúde (OMS) fixou na quarta-feira (22) limites mais rígidos para os principais poluentes atmosféricos, entre eles partículas transportadas pelo ar, responsáveis por 7 milhões de mortes prematuras por ano, principalmente nos países pobres. É a primeira atualização das diretrizes da OMS para a qualidade do ar desde 2005.

Os dados que mostram que a poluição atmosférica tem influência em diferentes aspectos da saúde e aumentou consideravelmente desde aquele ano.

Por essa razão, a OMS baixou a quase totalidade dos limiares de referência que se referem sobretudo aos chamados poluentes clássicos: as partículas transportadas pelo ar, o ozônio, o dióxido de nitrogênio, o dióxido de enxofre e o monóxido de carbono.

As novas diretrizes não são juridicamente vinculativas, mas fornecem aos países um quadro para melhor proteção das suas populações.

O diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, exortou "todos os países e todos aqueles que lutam para proteger o ambiente a utilizá-las para reduzir o sofrimento e salvar vidas", disse a AFP.

Pelo menos 7 milhões de mortes prematuras, principalmente por doenças não transmissíveis, são atribuídas aos efeitos conjuntos da poluição do ar atmosférico e da poluição do ar interior, de acordo com a OMS.

Para o diretor regional da OMS para a Europa, Hans Henri Kluge, "o ar puro deve ser um direito humano fundamental e uma condição necessária à saúde e produtividade das sociedades".

Com as alterações climáticas, a poluição do ar é, de acordo com o organismo das Nações Unidas, uma das principais ameaças ambientais para a saúde.

Entre as crianças, por exemplo, a poluição atmosférica pode comprometer o desenvolvimento dos pulmões, limitar a função pulmonar, provocar infecções respiratórias e agravar a asma. Já entre os adultos, as cardiopatias isquêmicas e os acidentes vasculares cerebrais são as causas mais frequentes de mortes prematuras atribuídas à poluição atmosférica.

Dados mais recentes, de acordo com a OMS, mostram que a poluição do ar pode também estar na origem do diabetes e de doenças neurodegenerativas.

Segundo relatório da Agência Europeia do Ambiente, divulgado nessa terça-feira, a qualidade do ar em Portugal e na Europa melhorou de 2019 para 2020, possivelmente devido aos confinamentos durante a pandemia de covid-19, embora permaneçam sérios riscos para a saúde devido à poluição atmosférica. (Agencia Brasil)

Copom eleva juros básicos da economia para 6,25% ao ano

Em meio ao aumento da inflação de alimentos, combustíveis e energia, o Banco Central (BC) apertou ainda mais os cintos na política monetária. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa Selic - juros básicos da economia - de 5,25% para 6,25% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros.

A taxa está no nível mais alto desde julho de 2019, quando estava em 6,5% ao ano. Esse foi o quinto reajuste consecutivo na taxa Selic. De março a junho, o Copom tinha elevado a taxa em 0,75 ponto percentual em cada encontro. No início de agosto, o BC passou a aumentar a Selic em 1 ponto a cada reunião.

Com a decisão da quarta-feira (22), a Selic continua num ciclo de alta. De julho de 2015 a outubro de 2016, a taxa permaneceu em 14,25% ao ano. Depois disso, o Copom voltou a reduzir os juros básicos da economia até que a taxa chegasse a 6,5% ao ano em março de 2018. A Selic voltou a ser reduzida em agosto de 2019 até alcançar 2% ao ano em agosto de 2020, influenciada pela contração econômica gerada pela pandemia de covid-19. Esse era o menor nível da série histórica iniciada em 1986.

Inflação

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em agosto, o indicador fechou no maior nível para o mês desde 2000 e acumula 9,68% em 12 meses, pressionado pelo dólar, pelos combustíveis e pela alta da energia elétrica.

O valor está acima do teto da meta de inflação. Para 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) tinha fixado meta de inflação de 3,75%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. O IPCA, portanto, não podia superar 5,25% neste ano nem ficar abaixo de 2,25%.

No Relatório de Inflação divulgado no fim de junho pelo Banco Central, a autoridade monetária estimava que, em 2021, o IPCA fecharia o ano em 5,82% no cenário base. Mesmo com uma queda nos índices no segundo semestre, esse cenário considera o estouro do teto da meta de inflação em 2021.

A projeção está abaixo das previsões do mercado. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 8,35%. A projeção oficial só será atualizada no próximo Relatório de Inflação, no fim deste mês.

Crédito mais caro

A elevação da taxa Selic ajuda a controlar a inflação. Isso porque juros maiores encarecem o crédito e desestimulam a produção e o consumo. Por outro lado, taxas mais altas dificultam a recuperação da economia. No último Relatório de Inflação, o Banco Central projetava crescimento de 4,6% para a economia em 2021.

O mercado projeta crescimento maior. Segundo a última edição do boletim Focus, os analistas econômicos preveem expansão de 5,04% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos pelo país) neste ano.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir. (Agencia Brasil)

Dólar fecha acima de R$ 5,30 após anúncio do Banco Central americano

Foto/Marcello Casal - Jr/ABr

As indicações de que o Banco Central norte-americano começará a retirar os estímulos monetários ainda este ano fizeram o dólar subir e fechar acima de R$ 5,30. A bolsa de valores fechou em alta pelo segundo dia seguido e retomou os 112 mil pontos, ainda refletindo o alívio em relação às medidas da China para evitar uma crise no mercado imobiliário local.

O dólar comercial encerrou a quarta-feira (22) vendido a R$ 5,304, com alta de R$ 0,018 (+0,34%). A cotação operou em queda na maior parte do dia, mas passou a oscilar bastante após o anúncio do resultado da reunião do Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano), até consolidar a alta perto do fim da sessão.

No mercado de ações, o otimismo prevaleceu. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 112.282 pontos, com alta de 1,84%. O indicador, que chegou a subir 2,58% na máxima do dia, por volta das 15h, desacelerou após o fim da reunião do Fed, mas a recuperação do preço de diversas commodities (bens primários com cotação internacional) após a incorporadora chinesa Evergrande ter anunciado um pequeno acordo com um dos credores para evitar calote de títulos privados.

No mesmo dia em que o Comitê de Política Monetária (Copom) aumentou os juros básicos no Brasil, o Fed manteve os juros básicos dos Estados Unidos no menor nível da história, entre 0% e 0,25% ao ano e não alterou o programa mensal de compra de títulos. No entanto, o presidente do Fed, Jerome Powell, afirmou que a redução dos estímulos pode começar em novembro e ser concluída em meados de 2022. Paralelamente, os juros começariam a ser elevados no próximo ano.

O fim dos juros baixos nos Estados Unidos estimula a retirada de capitais financeiros de países emergentes, como o Brasil. Desde o início da pandemia de covid-19, o Fed tem mantido os juros básicos no menor nível da história e injetado dólares na economia internacional.

Em relação ao mercado chinês, os temores de que uma eventual falência da Evergrande provoque um efeito dominó que diminua as exportações do Brasil e de outros países emergentes. Caso a segunda maior economia do planeta desacelere e consuma menos commodities, como soja, petróleo e minério de ferro, o Brasil seria atingido. Desde 2009, a China é o principal destino das exportações brasileiras. (Agencia Brasil)

Alta da Selic terá pequeno impacto sobre juros finais, diz Anefac

A elevação da taxa Selic (juros básicos da economia), decidida na quarta-feira (22) pelo Banco Central, terá impacto pequeno sobre as taxas cobradas dos consumidores e das empresas, avalia a Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac). Segundo a entidade, existe uma diferença muito grande entre a taxa básica e os juros efetivos de prazo mais longo, o que dilui o impacto na ponta final.

De acordo com a Anefac, o juro médio para as pessoas físicas passará de 102,48% para 104,32% ao ano. Para as pessoas jurídicas, a taxa média sairá de 46,78% para 48,16% ao ano. A Selic passou de 5,25% para 6,25% ao ano.

Apesar do impacto pequeno nas taxas médias, os consumidores e as empresas gastarão mais para contratar linhas de crédito, conforme as simulações detalhadas da entidade. Um exemplo é o do financiamento de uma geladeira de R$ 1,5 mil em 12 prestações, em que o comprador desembolsará R$ 9,14 a mais com a nova taxa Selic. O cliente que entra no cheque especial em R$ 1 mil por 20 dias pagará R$ 0,53 a mais.

Na utilização de R$ 3 mil do rotativo do cartão de crédito por 30 dias, o cliente gastará R$ 2,40 a mais. Um empréstimo pessoal de R$ 5 mil por 12 meses cobrará R$ 29,22 a mais após o pagamento da última parcela. Caso seja feita em financeira, a operação sairá R$ 19,11 mais cara. No financiamento de um automóvel de R$ 40 mil por 60 meses, o comprador pagará R$ 21,23 a mais por parcela e R$ 1.274,02 a mais no total da operação.

Em relação às pessoas jurídicas, as empresas pagarão R$ 123,24 a mais por um empréstimo de capital de giro de R$ 50 mil por 90 dias, R$ 49,44 pelo desconto de R$ 20 mil em duplicatas por 90 dias e apenas R$ 5,33 a mais pela utilização de conta garantida no valor de R$ 10 mil por 20 dias. (Agencia Brasil)

Brasileiros são os que mais valorizam vacinação, mostra estudo

O Brasil é o país que mais valoriza a imunização entre oito nações estudadas em um levantamento global feito pelas empresas GSK e Kantar. Segundo o levantamento, o índice de brasileiros que consideram importante manter a vacinação em dia ficou em 83%.

A vacinação é valorizada por 67% dos canadenses; 65% dos italianos; e 64% dos japoneses.

A pandemia decovid-19 aumentou a valorização da vacinação entre os brasileiros. Antes da pandemia, 59% deles consideravam importante manter essa prática em dia, percentual que pulou para 83% após a chegada do novo coronavírus.

Entre os brasileiros ouvidos, 49% defendem mais informações sobre a imunização, com explicações sobre quais vacinas são recomendadas pelas autoridades de saúde, por quais razões e com quais benefícios.

O aumento da consideração do papel da vacinação também ocorreu em outros países com a pandemia. Na Itália, o percentual saiu de 32% para 65%, entre o período anterior e posterior à pandemia. No Japão, o índice foi de 30% para 64%.

No levantamento sobre imunização, foram entrevistadas em julho e agosto, 16 mil pessoas com mais de 50 anos no Brasil, Reino Unido, na Espanha, Itália, França, Alemanha, nos Estados Unidos e no Canadá.

Os brasileiros ouvidos também foram os que mais destacaram a importância da saúde e do bem-estar, com 85%. Em seguida, aparecem os italianos, com 84%, e os alemães, com 80%.

Entre os brasileiros consultados, 88% relataram ter feito exames de rotina nos últimos cinco anos. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1102307-16.2017.8.26.0100. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: BANCO BRADESCO S/A. Executado: Lotus Industria de Acessorios para Fomo e Diversiaes Ltda - Me e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1102307-16.2017.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 24ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, D(a). Claudio Antonio Marquesi, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Lotus Comércio de Acessórios para Fomo e Diversiaes Ltda - ME (CNPJ. 09.240.414/0001-62) e Cláudia Taddeo Tanil (CPF. 303.920.348-75), que Banco Bradesco S/A (hes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 78.588,08 (outubro de 2017), representada pela Cédula de Crédito Bancário Empréstimo Capital de Giro nº 009.855.830. Estando as executadas em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargarem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de setembro de 2021. 23 e 24 / 09 / 2021

Amata S.A.
CNPJ/NIF nº 07.909.776/0001-78
Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Convocamos os Acionistas para a Assembleia Geral Extraordinária da **Amata S.A.**, a se realizar no dia 08.10.2021, às 14 horas, exclusivamente de forma digital, por meio da plataforma Teams, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Ratificação da celebração, pela companhia, do Acordo de Investimento e Outros Avenças que regula os termos e condições para os novos investimentos em sua controlada **Amata na Cidade S.A.**; (ii) Aprovação da celebração, pela companhia, do Acordo de Acionistas e Outras Avenças da **Amata na Cidade S.A.**, que regulará as relações obrigacionais e de governança da participação acionária dos acionistas no capital social da **Amata na Cidade S.A.**; (iii) Autorização da celebração, pela **Florespar Florestal S.A.**, controlada da Companhia, de Instrumento Particular de Acordo Vinculante com a **Amata na Cidade S.A.**, tendo por objeto o fornecimento de madeira em toras; (iv) Redução do capital social da **APE1 Plantio de Floresta Exótica S.A.**, por julgo-lo excessivo; (v) Adequação da remuneração das debêntures emitidas pela **Amata na Cidade S.A.** e subscritas e integralizadas pela Companhia às negociações da captação da subsidiária; (vi) Conversão das debêntures provenientes da 1ª e da 2ª Emissões Privadas de Debêntures Conversíveis em Ações, emitidas pela **Amata na Cidade S.A.**, subscritas e integralizadas pela Companhia, em ações ordinárias da **Amata na Cidade S.A.**; (vii) Conversão em ações ordinárias da **Amata na Cidade S.A.** de portes das debêntures provenientes da 3ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em ações, emitidas pela referida controlada e subscritas e integralizadas pela Companhia, bem como a celebração, pela Companhia, do aditamento da escritura da 3ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações firmada com a **Amata na Cidade S.A.** para transformar em perpétuas as debêntures que não foram convertidas pela Companhia em ações ordinárias, e implementar os demais ajustes negociados à escritura; (viii) Criação de novas classes de ações preferenciais de emissão da Companhia ("Ações PN"); (ix) Conversão de ações ordinárias de emissão da Companhia em Ações PN, de cada classe, a critério dos acionistas, na proporção de uma ação ordinária para cada Ação PN, conforme o caso; (x) Resgate, com o respectivo e posterior cancelamento, da totalidade das Ações PN, com o consequente redução do capital social da Companhia, ficando o pagamento sujeito ao decurso do prazo referido no Artigo 174 da Lei 6.404/76; (xi) Alteração do estatuto social da Companhia, de modo a refletir as deliberações tomadas nos itens (viii) a (x), caso aprovadas; e (xii) Aquisição facultativa de debêntures do 2º e/ou da 3ª Emissões de Debêntures Perpétuas, Conversíveis em Ações Ordinárias, Subordinadas, em Série Única, para Colocação Privada, da Companhia, e posterior cancelamento, com pagamento em dinheiro e/ou em ativos. Cumpre informar que a assembleia do próximo dia 08.10.2021 ocorrerá apenas de forma digital, em razão da imposição de distanciamento social para preservação da saúde pública no atual cenário de grave pandemia causada pelo novo Coronavírus. Deste modo, os senhores acionistas deverão participar remotamente da reunião acessando a plataforma Teams na data e hora acima mencionadas, sendo certo que o link de acesso será disponibilizado por e-mail com até 48 horas de antecedência. A **Amata** solicita que os acionistas ou seus representantes enviem, com antecedência de, pelo menos, 24 horas em relação ao horário previsto para o início da assembleia, a documentação contendo prova de identificação do acionista, bem como documentação que comprove seus poderes para participar da assembleia geral, ou instrumento de mandato daqueles acionistas que desejarem se fazer representar por procurador (acompanhado do respectivo instrumento de indicação ou eleição do representante legal do acionista signatário da procuração).
São Paulo, 21.09.2021. Atenciosamente. Marise Ribeiro Barroso.

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos de Ação de Usucapião, PROCESSO **Nº 1030459-37.2015.8.26.0100**. O (A) MM.Juiz(a) de Direito da 2ªVara de Registros Públicos,do Foro Central Cível,Estado de São Paulo,D(a).Vivian Labonia Catenari, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) José Crepaldi, Angelina Zorzetti Crepaldi, Orlando Crepaldi, Carmela Bilfa Crepaldi, Abílio dos Santos Grunho, Noemia Lamesa Grunho,Maria Cecília Grunho,Denise Grunho Neto,Patrícia Grunho Neto,Congregação Irmãs de São Francisco da Providência de Deus,Jorge Edelcio da Silva,EMERSON CREPALDI,SERGIO CREPALDI,JULIANA CREPALDI, SELMA CREPALDI, EDUARDO ALVES SANTOS SOBRINHO, réus ausentes,incertos,desconhecidos,eventuais interessados,bem como seus cônjuges e/ou sucessores,que Valentim Bruaggio, Emilia Gonhes Bruaggio, Veronica Bruciano, Simone Yokomi, Cristina Yokomi, Eliane Yokomi Formari e Alan Fernando Formari ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel situado na Rua Barão de Tiramandaí,No.89 e 97, Vila Alpina,São Paulo-SP,CEP.03207- 000,alegando posse mansa e pacífica no prazo legal.Estando em lugar ignorado,expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 23.(4)

Jornal ODIASP
Ligue:
3258-1822
3258-0273

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0000199-57.2021.8.26.0011** O MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, Dr. CARLOS EDUARDO PRATAVIERA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO, RG 15.969.860-1, CPF 091.046.498-77, com endereço à Rua Sabão Branco, 229, Casa C, Jaguaré, CEP 05328-140, São Paulo - SP que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Hemilyse Cordeiro Marques. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, na forma do caput e §§ 2º e 3º do artigo 854 do Código de Processo Civil,do bloqueio parcial do valor do crédito em execução, via Sisbajud, no valor de R$ 2.080,35, e que foi requisitada a transferência de valores bloqueados, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para impugnação fluirá após o decurso do prazo do presente edital, será expedido mandado de levantamento eletrônico ao exequente. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de agosto de 2021. 23(2)

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DEINTERDIÇÃO DE JOSEFINA SALOMÃO, REQUERIDO POR SUELI SALOMÃO VILANOVA - PROCESSO Nº**1006434-35.2021.8.26.0007**. A MM. Juíza de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional VIII - Tatuape, Estado de São Paulo, Dra. Mônica Rodrigues Dias de Carvalho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 03/09/2021, foi decretada a INTERDIÇÃO de JOSEFINA SALOMÃO, CPF 265.831.588-65, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeada como CURADORA, em caráter DEFINITIVO, a Sra. SUELI SALOMÃO VILANOVA, CPF 949.652.858-91. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dias úteis, e afixado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de setembro de 2021. 23(

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: 1006379-69.2017.8.26.0704. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: R A da Silva Transportes - Me e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1006379-69.2017.8.26.0704. A MM. Juíza de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dra Luciane Cristina Silva Tavares, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a RIVÂNIO AZARIAS SILVA, CPF 148.122.548-09, que nos autos da Ação de Execução, ajuizada por BANCO BRADESCO S/A, procedeu-se a penhora sobre as quantias bloqueadas judicialmente de R$ 181,37 e R$ 5,34. Estando o executado em local ignorado, foi deferida a INTIMAÇÃO da penhora por EDITAL, para que em 05 dias, a fluir após o 20 dias supra, oferteça impugnação, na ausência da qual prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. SP, 09/09/2021. 22 e 23 / 09 / 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0004778-46.2021.8.26.0011. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Pinheiros, Estado de São Paulo, D(a). Luciana Bassi de Melo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) VIP SAIDÃN COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ 28.296.934/0001-31, IBRAHIM AHMAD SMID, CPF 376.806.628-27, que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento de sentença por parte de Itaú Unibanco S.A. e que foi determinada a sua INTIMAÇÃO para que, no PRAZO de 15 (quinze) dias úteis, pague a quantia fixada em sentença, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito, honorários advocatícios de 10%, e, a requerimento do credor, expedição de mandado de penhora e avaliação (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de setembro de 2021. 22 e 23 / 09 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1008775-33.2018.8.26.0008. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional IX Vila Prudente, Estado de São Paulo, D(a). Marcia de Souza Dolmo Dias Leite, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MARIA HELENA DE MOURA (R.G. nº 22.862.948-8, inscrita no CPF/MF sob o nº 397.737.283- 15), que lhes foi proposta uma ação de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL por parte de FACTUS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA para cobrança de R$30.284,00 ate Agosto/ 2018, oriundo do instrumento particular de confissão de dívida e outras avenças firmado entre as partes. Encontrando-se a executada em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 03 dias, contados após o decurso do prazo deste edital, pague o débito acima, devidamente atualizado, sob pena de penhora e avaliação de bens suficientes para a satisfação da dívida e, em havendo pagamento dentro do prazo, a verba honorária, fixada em 10%, será reduzida pela metade; e, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, também opitações findo o prazo deste edital, poderá oferecer Embargos (art. 915 do CPC) ou Pedido de Parcelamento da Dívida (art. 916 e §§ CPC); ficando advertida de que será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, IV do CPC). Será o presente edital publicado na forma da lei. NADA MAIS.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1016954-82.2015.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, D(a). Juliana Crespo Dias, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) DEBORA MARIA FIRTAS ROBLES, Brasileiro, RG 169.639.47, CPF 164.720.498-40, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.a., objetivando recebimento no valor de R$ 10.106,02 (junho/2015). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o 20 dias supra, pague o débito atualizado ou ofereça embargos, ficando intimado de que, haverá isenção das custas processuais se cumprir o mandado no prazo, nos termos do artigo 701,§1º, do Código de Processo Civil/2015 e honorários advocatícios de cinco por cento(5%) do valor atribuído à causa, sob pena de conversão do mandado de citação em mandado de execução. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de setembro de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1064971-48.2015.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, D(a). SANG DUK KIM, na forma da lei, etc. FAZ SABER a(o) **INVERAMA ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA**, CNPJ. nº 13.597.364/0001-36, que o **ESPÓLIO DE ADRIANO COUTINHO BARBOZA representando pela sua inventariante Thalita Santos da Silva Diegues**, ajuizou uma ação de **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** para cobrança de R$156.426,90, de fev./2015, referente as duplicatas eletrônicas e respectivas Notas Fiscais nºs 382; 641; 684; 826; 774; 756; 712; 655; 608; 562; 541 e 648, inadimplidas e protestadas. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês. Outrossim fica a executada intimada da PENHORA da quantia de R$2.378,37, através do sistema BacenJud, transferida para conta judicial, bem como do prazo de **10 dias** para eventual impugnação. No caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS.

M&G FIBRAS HOLDING S.A.
COMPANHIA FECHADA
CNPJ n.º 18.731.856/0001-38 - NIRE 35.300.455.916
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.

Os Senhores Acionistas da **M&G FIBRAS HOLDING S.A.** são convidados pelo Conselho de Administração a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará em sua sede social, localizada na Avenida das Nações Unidas, 12551 – 8º andar – Parte V – São Paulo/SP, no dia 29 de setembro de 2021, às 10h, a fim de: Tomar conhecimento do Relatório da Administração, do Parecer dos Auditores Independentes, examinar e deliberar sobre as contas da administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2020; Fixar o montante da remuneração global da Administração. Em consonância com o Parágrafo único do artigo 28 do Estatuto Social em vigor da Companhia, os mandatos de representação na Assembleia Geral deverão ser depositados na sede social da Companhia até às 18h (dezoito horas) do dia 24 de setembro de 2021. A **M&G FIBRAS HOLDING S.A.** informa ainda que o foro judicial competente para dirimir questões que envolva a sua acionista **M&G FIBRAS PARTICIPAÇÕES LTDA**, é o da cidade de São Paulo, onde está localizada a sua sede, nos termos do artigo 119 da Lei das Sociedades Anônimas. São Paulo, 17 de setembro de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - M&G FIBRAS HOLDING S.A

Edital de Intimação. Prazo 20 dias. Processo nº 0008022-08.2021.8.26.0008 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro da Comarca deBarueri, Estado de São Paulo, D(a). Renata Bittencourt Couto da Costa, na forma da Lei, etc. FAZSABER a Eduardo Yoshio Yto, CPF. 317.988.888-60 e Eucler Pinheiro da Silva, CPF. 286.074.688-94, que lhes foi proposta uma ação de Cumprimento de Sentença, foideterminada a sua Intimação, por Edital, para que, no prazo de 15 dias, a fluir dos 20 dias supra,cumpra voluntariamente a sentença, efetuando o pagamento da quantia de R$ 31.473,56,corrigido e acrescido de custas se houver, nos termos do art. 513, § 2º, IV, do CPC, e clientes deque, findo o praz acima fixado, haverá multa e honorários de advogado, ambos de 10% sobre o valor do débito e, a requerimento do credor, expedição de mandado de penhora e avaliação (art.523 e parágrafos, do CPC). Para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, expediu-se o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passadonesta cidade de Barueri, aos 09 de setembro de 2021

Edital de intimação - Prazo de 20 dias. Processo nº 0003640-62.2021.8.26.0008O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional V - Tatuapé, Estado de São Paulo, D(a). Luciano Gonçalves Paes Leme, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o) Leticia Ferraz de Souza, Brasileira, Casada, CPF 373.160.488-40,com endereço à Rua Joao Augusto Navarro, 04, Jardim Arcanduva, CEP 03454-060, São Paulo - SP e Daniel Antunes de Souza, Brasileiro, Casado, Autônomo, RG 28522715-4, CPF297.173.508-76, com endereço à Rua Joao Augusto Navarro, 04, Jardim Arcanduva, CEP03454-080, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento de sentença por parte de Colégio Paulista Sic Ltda, alegando em síntese: foi determinada a sua Intimação, por Edital, para que, no prazo de 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, cumpra voluntariamente a sentença, efetuando o pagamento da quantia de R$ 10.262,75 (Jun/2021), corrigido e acrescido de custasse houver, nos termos do art 513, § 2º, IV, do CPC, e clientes de que, findo o prazo acima fixado, haverá multa e honorários de advogado, ambos de 10% sobre o valor do débito e, a requerimento do credor, expedição de mandado de penhora e avaliação (art. 523 e parágrafos, do CPC). Para que conste e chegue ao conhecimento dos interessados, expediu-se o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de setembro de 2021.

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 1069450-14.2017.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, D(a). Paulo de Tarsso da Silva Pinto, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o)AJ Comércio e Serviços, CNPJ 22.724.735/0001-09, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Grupasso Participações Ltda., alegando em síntese: em abril de 2017 firmou com a re contrato de prestação de serviço para restauração de pintura de portão. Ocorre que após realizar o depósito de R$ 3.350,00 (equivalente a 50% do valor acordado), o serviço não foi realizado, tampouco a devolução do valor ao requerente. Requer a procedência da ação para a condenação do réu à restituir ao autor o valor depositado, devidamente atualizado e acrescido de juros legais. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua Citação, por Edital, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na formada lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de agosto de 2021.

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 0001668-57.2010.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, D(a). Anderson Suzuki, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o)MUSTAFA AMAD SMAIL, Comerciante, RG 17070990, CPF112.126.998-23, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Renata Sattanovitch, alegando em síntese: débito não liquidado pelo executado no valor de R$5.462,82(Junho/2009). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 3 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o valor da dívida, acrescida dos honorários advocatícios da parte exequente arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, ou embargue a execução no prazo de 15 (quinze) dias. Caso o(s) executado(s) efetue(m) o pagamento no prazo acima assinalado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade (art.827, § 1º, do Código de Processo Civil). Não sendo apresentada defesa, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de agosto de 2021.

Edital de intimação - Prazo de 20 dias. Processo nº 0054145-82.2017.8.26.0100P. Juiz de Direito da 38ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Luiz Ferrando Rodrigues Guerra, na forma da Lei, etc. Faz saber a AJ Martani Individualização de Água e Gás, CNPJ/04.029.029/0001-57, que Condomínio Edifício Belize move-lhe a presente ação de Cumprimento de Sentença. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º,IV do CPC, foi determinada a sua Intimação, por Edital, para que no prazo de15dias, a fluir dos 20 dias supra, cumpra voluntariamente a sentença, efetuando o pagamento da quantia de R$ 86.154,98, corrigido e acrescido de custas se houver, nos termos do art513, § 2º, IV, do CPC, e clientes de que, nos termos da decisão, findo o prazo acima fixado, haverá multa e honorários de advogado, ambos de 10% sobre o valor do débito e, a requerimento do credor, expedição de mandado de penhora e avaliação (artigo 523 e parágrafos, do CPC). Faça ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do CPC, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de setembro de 2021.

SHOPPINGS DO BRASIL INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS | CNPJ nº 13.230.046/0001-49

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020 E DE 2019 - Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanço patrimonial

A T I V O S	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulantes		**2.586**	**23.514**	**77.247**	**102.983**
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.358	22.313	9.536	28.264
Contas a receber	6	464	387	33.691	24.718
Adiantamentos diversas		-	-	5.013	4.165
Impostos a recuperar		764	816	10.661	14.354
Créditos com partes relacionadas	7	-	-	15.133	33.601
Outros ativos circulantes		-	-	3.299	2.881
Não circulantes		**89.780**	**526.456**	**1.290.856**	**1.661.832**
Aplicações financeiras vinculadas	5	20.171	-	21.795	57.970
Contas a receber	6	-	-	9.716	9.370
Créditos com partes relacionadas	7	25.388	24.842	96.166	104.156
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	7	9.055	34	3.347	3.347
Impostos a recuperar		-	-	2.467	5.645
IRPJ e CSLL diferidos	20	-	-	24.696	58.710
Outros ativos não circulantes		-	-	2.594	2.594
Propriedades para investimento	9	-	-	1.056.735	1.335.316
Investimentos	8	35.166	501.580	11.849	11.849
Imobilizado	10	-	-	48.926	56.597
Intangível	11	-	-	13.991	74.725
Total dos ativos		**92.366**	**549.970**	**1.368.103**	**1.764.735**
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulantes		**526**	**702**	**146.753**	**199.537**
Fornecedores	12	56	85	32.566	24.077
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	38.811	88.344
Salários e encargos sociais	14	-	-	5.936	10.934
Impostos, taxas e contribuições	15	470	617	17.484	22.786
Subvenções governamentais	16	-	-	593	593
Receitas diferidas	17	-	-	1.359	2.007
Adiantamentos recebidos de clientes	18	-	-	1.315	4.311
Obrigações por compra de investimentos	19	-	-	4.025	4.025
Débitos com partes relacionadas	7	-	-	44.664	39.412
Outros passivos		-	-	-	2.948
Não circulantes		**-**	**-**	**1.135.038**	**980.082**
Empréstimos e financiamentos (NC)	13	-	-	1.026.166	897.056
Subvenções governamentais (NC)	16	-	-	22.541	23.134
Receitas diferidas (NC)	17	-	-	2.776	2.548
Adiantamentos recebidos de clientes (NC)	18	-	-	-	826
Impostos, taxas e contribuições	15	-	-	-	12.733
Provisão para riscos	21	-	-	11.764	3.566
Obrigações por compra de investimentos (NC)	19	-	-	46.752	41.422
Provisão para perda com controladas		-	-	57	56
Débitos com partes relacionadas (NC)	7	-	-	11.222	10.448
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	7	-	-	1.026	1.026
Total dos passivos		**526**	**702**	**1.281.791**	**1.179.619**
Patrimônio Líquido		**91.840**	**549.268**	**86.312**	**585.116**
Capital social	22 (a)	1.236.228	1.190.130	1.236.228	1.190.130
Ajuste de avaliação patrimonial	22 (b)	(65.912)	(65.879)	(65.912)	(65.879)
Prejuízos acumulados		(1.078.476)	(574.983)	(1.078.476)	(574.983)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		91.840	549.268	91.840	549.268
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(5.528)	35.848
Total dos passivos e patrimônio líquido		**92.366**	**549.970**	**1.368.103**	**1.764.735**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Shoppings do Brasil Investimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foto na Av. Cidade Jardim, 803, 8º andar, sala K, São Paulo/SP.A Companhia tem como objeto social a participação no capital de quaisquer outras sociedades, empresárias ou não, ou fundos de investimentos, na qualidade de sócia, acionista, quotista, no Brasil e/ou no exterior. O fundo Patria Special Opportunities II - FIP é o seu maior acionista, detendo 36,88% das ações. Em 2019 a Companhia adquiriu 89,58% das ações da empresa Tenco Shopping Centers S.A., e Controladas ("tenco") localizada na cidade de Belo Horizonte/MG. Desde a referida aquisição a Companhia vem investindo significativo montante de recursos na Tenco, o que resultou em novos aumentos de capital de até o atual percentual de 97,84%. A Companhia e suas controladas (referidas em conjunto com "Grupo" ou "Consolidado"), integrantes das demonstrações financeiras, têm como atividade preponderante: (i) a participação, na qualidade de acionista ou quotista, em sociedades empresárias/empreendimentos, no país, (ii) o desenvolvimento, avaliação técnica e econômica, comercialização e gestão de projetos imobiliários, inclusive shopping centers; e (iii) a realização de estudos e projetos no área de engenharia e construção civil. Desse modo, a Companhia desenvolve, gerencia, comercializa e administra 15 shopping centers sendo 14 no Brasil. **1.1.** Informações Tenco Shopping Centers S.A.: A seguir, apresentamos as controladas, controladas em conjunto e coligadas nas quais a Companhia detém participação direta e indireta, em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Empreendimento	Sigla	Localização	Participação em 2020	Participação em 2019
Tenco Shopping Centers S.A.	Tenco	Belo Horizonte/MG	97,44%	95,37%
Amaga Garden Shopping S.A. (iv)	AGS	Macaíba/RN	100,00%	100,00%
Amagali Garden Estacionamento e Eventos Ltda. (iii)	EAGS	Macaíba/RN	100,00%	100,00%
Anchieta Garden Estacionamento e Eventos Ltda.	EANC	Belo Horizonte/MG	100,00%	100,00%
Carini Participações Ltda.	CSC	Juazeiro do Norte/CE	100,00%	100,00%
Carini Empreendimento (i) Estacionamento do Carini Shopping Ltda.(ii)	CRR	Juazeiro do Norte/CE	23,33%	23,33%
	ECARI	Juazeiro do Norte/CE	23,33%	23,33%
Lages Shopping Center S.A.	LGS	Lages/SC	87,46%	87,24%
Lages Garden Estacionamento e Eventos Ltda. (ii)	ELGS	Lages/SC	100,00%	100,00%
Metropolitan Estate Empreendimentos e Participações S.A. (v)	MGS	Belém/MG	6,65%	6,65%
Pátio Araçariguama S.A. (v)	ARA	Araçariguama/SP	88,00%	88,00%
Pátio Araçariguama Garden Estacionamento e Eventos Ltda. (ii)	EARA	Araçariguama/SP	100,00%	100,00%
Partner Participações em Shopping Centers Ltda.	PARTNER	Macaíba/RN	100,00%	100,00%
RIVIZ Participações S.A.	RIVIZ	Belo Horizonte/MG	100,00%	100,00%
TB Mineração de Equipamentos e Energia Ltda.	TB	Belo Horizonte/MG	100,00%	100,00%
T-Brands Comercialização de Imóveis Ltda. (vi)	T-Brands	Belo Horizonte/MG	100,00%	100,00%
TJ Shopping Center S.A.	TJS	Itaquaquecetuba/SP	73,52%	68,75%
TJSC Shopping Center Ltda. (iii)	ITQ	Itaquaquecetuba/SP	80,00%	57,79%
Itaquá Garden Estacionamento e Eventos Ltda.	EITQ	Itaquaquecetuba/SP	100,00%	100,00%
TSC Bragança Paulista Shopping S.A.	BRG	Bragança Paulista/SP	100,00%	100,00%
TSC Cinema Roraima Ltda.	BRMKCINE	Boa Vista/RR	100,00%	100,00%
TSC Shopping Center S.A.	TSC 12	Belo Horizonte/MG	100,00%	100,00%
TSC Decrescente Shopping Center S.A.	TSC 16	Belo Horizonte/MG	100,00%	99,90%
TSC Carambus Shopping Center S.A. (vii)	CRR	Carambus/PE	74,93%	74,93%
TSC Investimentos S.A.	TSC 7	Belo Horizonte/MG	100,00%	100,00%
TSC Jaraguá do Sul Garden Shopping S.A.	JRS	Jaraguá do Sul/SC	100,00%	100,00%
Jaraguá do Sul Garden Estacionamento e Eventos Ltda. (ii)	EJRS	Jaraguá do Sul/SC	100,00%	100,00%
TSC Juazeiro Shopping Center S.A.	JUA	Juazeiro/BA	99,46%	99,29%
Juazeiro Garden Estacionamento e Eventos Ltda. (ii)	EJUA	Juazeiro/BA	100,00%	100,00%
TSC Nova Shopping Center S.A.	TSC Nova	Belo Horizonte/MG	100,00%	100,00%
Bragança Garden Estacionamento e Eventos Ltda. (ii)	EBRG	Bragança Paulista/SP	100,00%	100,00%
TSC Nova Shopping Center S.A.	TSC 14	Belo Horizonte/MG	100,00%	100,00%
TSC Boa Vista Shopping S.A.	RRM	Boa Vista/RR	100,00%	100,00%
Boa Vista Garden Estacionamento e Eventos Ltda. (ii)	ERRM	Boa Vista/RR	100,00%	100,00%
TSC Triere Shopping Center S.A.	TSC 13	Belo Horizonte/MG	100,00%	100,00%
TSC Ilha Café Shopping S.A.	VCF	Vargem/MG	90,00%	90,00%
Ilha Café Garden Estacionamento e Eventos Ltda. (ii)	EVCF	Vargem/MG	66,67%	66,67%
Vega Shopping Center S.A.	VVS	Vespasiano/MG	100,00%	100,00%
Via Vale Garden Estacionamento e Eventos Ltda. (ii)	EVVS	Taubaté/SP	100,00%	100,00%

(i) Controle em conjunto (*joint operations*). (ii) Estacionamentos com controle indireto por meio da participação nos empreendimentos. AGS, ARA, BRG, CRR, ITQ, JRS, JUA, LGS, RRM, VCF e VVS. (iii) Controladas indiretas por meio da controlada TJSC. (iv) A Companhia detém 74,88% e indireta de 25,12% por meio da participação em empresa RIVIZ-2 na controlada AGS. (v) Participação direta de 50% e indireta de 38% por meio da participação na empresa PARTNER na controlada ARA. (vi) Investimento não consolidado e registrado a custo uma vez que a Companhia não possui controle direto sobre a mesma. Os ativos e investimentos que foram descontinuados durante a base de implementação. Em 2019, a Tenco assumiu a administração de dois shopping de terceiros. OF Plaza Ltda. e Aparecida Shopping S.A. Em 2020, a Companhia não assumiu a administração de novos shopping de empreendimentos. Estão em operações, planos e perspectivas futuros do negócio: Desde 2011 a Tenco realizou investimentos para ser um shopping e construção e reforma de um são de esse, culminando em uma ABL (Área Bruta Locável) de 359.019 m2 (informação não auditada). Em 31/12/2020, a Tenco está concentrada em ações de maturação e retomada das obras de operações dos shoppings e de reestruturação das dívidas correntes visando ajuste de caixa e garantir a continuidade das suas operações. Devido a cenário de base crescimento econômico mais pífio que o país abrasa e a pandemia do coronavírus e a retração no comércio, a Tenco tem implementado iniciativas operacionais e financeiras com o objetivo de equilíbrio das suas alavancagem e fluxo de caixa de curto e longo prazo. Foram direcionadas para o aumento da ocupação, a gestão e redução de custos, a equalização de passivos financeiros, a identificação de novas fontes de receitas e a retomada das obras dos seus empreitimos. Em relação ao ano de 2020, em razão da pandemia causada pela COVID-19, várias medidas restritivas foram adotadas pelos órgãos competentes e/ou pelas autoridades de saúde, as quais impuseram o fechamento de lojas e shoppings em todo o país. Como consequência da crise sanitária e das restrições impostas ao funcionamento das atividades comerciais e/ou prestadoras de determinação emanada do poder público, os shoppings permaneceram fechados por diferentes períodos de 2020. Na data de emissão destas demonstrações financeiras, todos os shoppings já tinham retomado suas operações, exceto por com restrições no que diz respeito ao horário e/ou dias de funcionamento e algumas atividades que características aglomeração (eventos, entretenimento infantil, dentre outros). Incertezas relevantes relacionadas à continuidade operacional: Em 31/12/20, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo consolidado no montante de R$69.506, principalmente acumulados R$1.078.476, assim como apurou prejuízo consolidado de R$546.024 no exercício findo naquela data. A pandemia de Covid trata-se de uma situação de grande complexidade, inédita e sem precedentes. Desde fins, a intensificação do número de casos de dados, bem como a retomada de forma gradual do fluxo de visitantes após a reabertura dos shoppings, impacto negativamente nas receitas. No período de doze meses findo em 31/12/20 houve uma redução no recebe liquida acumulada de aproximadamente R$45.250, se comparado aos valores previstos nas projeções originais, antes do evento da pandemia. Em aspecto, somado ao aumento da inadimplência e da vacância dos espaços comerciais teve como consequência a redução da geração de caixa da Tenco, afetando significativamente a sua capacidade de gerar fluxo positivo e cumprir suas obrigações financeiras. Como resposta a esses eventos, foram implementadas negociações diretas com locatários, que resultaram em: isenções de aluguel abrendo e determinadas situações dos lojistas, descontos nos encargos condominiais e/ou de propaganda, suspensão de cobranças de multas, entre outros ajustes. Como resultado, além da queda expressiva das receitas, houve aumento das despesas com subsídio, ensejando significativamente a Companhia. Apesar destas iniciativas, que visam a redução de custos para os lojistas e a sua retenção, a inteirrogação das atividades e a queda expressiva das receitas, a Companhia obteve, em 31 anteriormente mencionado, um incremento na inadimplência líquida, que passou de uma média de 8% até fevereiro/2020 para patamares de 12% e 19% em maio e junho/2020, respectivamente, retornando para uma média de 6% em dezembro/2020. A intensidade dos efeitos da pandemia produzirá impactos relevantes nas previsões de caixa para os próximos meses, e que representará um componente de incerteza significativa quando a avaliação operacional das operações da Companhia. Com o objetivo de atenuar esses efeitos negativos advindos da crise do Covid-19, a Administração tem adotado diversas medidas centrais dos à contenção de custos e preservação do seu fluxo de caixa. Dentre elas, ocorreu a redução da jornada de trabalho e salário dos colaboradores, amparado pela MP 936/2020, redução dos custos condominiais devidos e fechamento e mesmo durante a retomada da atividade do shopping, e renegociação de escopo e postergação de pagamentos junto aos fornecedores. As medidas adotadas preservaram o relacionamento com os parceiros e foram insuficientes para a cobertura das despesas financeiras e para o suprimento das necessidades de caixa não operacionais. Dessa maneira, no que diz respeito às dívidas financeiras, a Companhia renegociou, em caráter emergial, suas dívidas com seus principais credores obtendo postergações dos pagamentos de principal e juros (vide nota 13). Importante destacar que a Tenco não descumpriu qualquer obrigação financeira, seja em pétrimos e financiamentos, e que todas as postergações têm sido acordadas com as respectivas instituições. Entretanto, a necessidade de recursos para o pagamento de custos e a liquidez de suas operações, a Companhia recebeu aportes de capital adicionais de seus investidores ao longo do segundo semestre de 2020 e início de 2021. Não obstante o aporte na posição financeira e de liquidez para os próximos 12 meses, a retomada das operações aos níveis apurados no início de 2020 e previstos antes da pandemia e essencial para que a Companhia possa continuar seu ciclo. No entanto e mesmo diante das expectativas e das metas dependerá da realização de fatores que está fora de seu controle, conforme descrito abaixo. • Retomo do fluxo de operacionais: • Retirada das restrições de funcionamento, horário e regras de funcionamento para alguns segmentos de atividade determinadas pelos órgãos públicos. Não cada da continuidade necessária dos eventos acima não ocorrer com consequência do agravamento dos efeitos da pandemia de Covid-19 e da imposição de nova restrições de funcionamento, a Companhia pode não ser capaz realizar seus ativos e cumprir suas obrigações no curso normal dos negócios, que representa um componente de incerteza significativa quanto à sua continuidade operacional. As demonstrações financeiras não incluem ajustes que resultariam se a Companhia, eventualmente não poder continuar seu rando. Apresentação das demonstrações financeiras: A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada em 25/09/21. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, que são estas consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustado por ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A pesquisa de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. **3. Resumo das principais políticas:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1.** Bases de consolidação e investimentos em controladas e controladas em conjunto: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia, de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa sobre a qual ela tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa de modo a obter benefícios de suas atividades. Quando necessário, ajustes são feitos às demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todos os saldos, transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos não realizados também são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda de controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de patrimônio líquido. Os ganhos e perdas decorrentes de mudanças do controle das controladas são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações não controladas. A diferença entre valor contábil e o valor justo de qualquer investimento remanescente e o valor justo dos consideração pagos ou recebidos é registrada diretamente no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas sobre alienações das participações do Grupo e de suas controladas são contabilizados. O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer consideração paga e a respectiva parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participação de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Perda de controle em controladas: Quando o Grupo deixa de ter controle, a participação do Grupo na controlada remanescente é mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reconciliados como controle. **3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações incluídas nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade opera (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$, sendo a moeda funcional da Companhia e do Grupo. **3.3. Ativos de curto prazo:** Caixa e equivalentes de caixa: Os ativos financeiros são categorizados no Grupo decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nesta categoria. Os ativos financeiros são classificados no Grupo com base no modelo de negócios como sendo mais relevante. Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem apenas pagamento de principal e juros e o objetivo do modelo de negócios do grupo é mantê-los para receber os fluxos de caixa contratuais, são mensurados ao custo amortizado. Os demais títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem apenas pagamento de principal e juros, mas o objetivo do modelo de negócios do grupo é realizar os fluxos de caixa por meio da venda dos ativos financeiros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os demais ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros do Grupo são reclassificados somente quando o seu modelo de negócios para gerenciar ativos financeiros for alterado. Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação, no caso de ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros são reconhecidos a partir da data em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são baixados quando o direito de receber fluxos de caixa do investimento tiver vencido ou tiver sido transferido e o Grupo tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos em outros resultados abrangentes, até que o ativo financeiro seja baixado, quando o ganho ou perda acumulado previamente reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado do período. Os ganhos e perdas em ativos monetários, como títulos de dívida em moeda estrangeira, são reconhecidos no resultado do período. Os ganhos e perdas em ativos não monetários, como ações classificadas como disponíveis para venda, são reconhecidos em outros resultados abrangentes

>>>

Terreno VRS	1.987	Realizações (145)	2.013 1.842	Realizações (146)	2.013 1.892
Terreno ARA	22.331	(544)	21.787	(545)	21.242
	24.320	**(583)**	**23.727**	**(583)**	**23.134**

As subvenções da "ARA" e do "VRS" referem-se às concessões dos terrenos onde os dispõ-pingos foram construídos. Uma vez que as subvenções estão relacionadas à construção dos shoppings nos terrenos, a partir das receitas seguir a depreciação do ativo imobilizado correspondente. **17. Receitas diferidas:** Nos contratos de cessão de direito de uso - CDU, firmados entre a Companhia e as lojistas de seus empreendimentos, a receita é diferida e apropriada ao resultado de acordo com a fruição primeiro contrato de aluguel.

	2020	2013
Receita de cessão de direito de uso	4.135	4.555
	4.135	**4.555**
Circulante	1.359	2.007
Não circulante	2.776	2.548

18. Adiantamento de cliente:

	2020	2013
Saldo anterior	**5.137**	**8.685**
Novos adiantamentos	318	22.641
Apropriações no resultado	(4.130)	(26.189)
Saldo final	**1.316**	**5.137**
Circulante	1.315	4.311
Não circulante	1	826

Os adiantamentos de clientes foram realizadas por lojistas das categorias mega loja, cinema e lanchonete. **19. Obrigações por compra de investimentos:**

	2020	2013
Aquisição PARTNER (I)	7.221	7.221
Aquisição RRM (II)	10.717	10.716
Aquisição ABC (III)	8.000	8.000
Aquisição AG (IV)	7.610	7.610
Aquisição AG (V)	17.229	11.986
	50.777	**45.047**
Circulante	4.025	4.025
Não circulante	46.752	41.422

(I) PARTNER. Refere-se à aquisição da empresa Partner Participações em Shopping Centers Ltda., realizada em março de 2011, que detém o controle e a venda de quotas datada de 16/5/14 pelo qual a Companhia adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital da Partner. Os valores de aquisição foram liquidados pela Companhia durante o exercício de 2014. Conforme os contratos de aquisição, parcela remanescente adicional caso ocorra os eventos de liquidez predefinidos em contrato. O valor da remuneração adicional é calculada de acordo com o Enterprise Value apurado por múltiplo quadrado de área bruta locável (ABL) de empreendimento a alíquota de 3,5%. (II) RRM: Em 29/10/13, a Companhia firmou junto à Ribeiro Campos Empreendimentos Imobiliários Ltda. um termo de cessão de direitos referente às 500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e 2.000.000 ações preferenciais, que a empresa possui no empreendimento "RRM", cujo valor da alienação contém a venda de quotas datada de 10/3/14. Em 2019, a contrato foi aditivado, alterando a obrigação para R$ 10.716,2. Companhia está adotando procedimentos junto ao Banco do Amazônia S.A. para instrução transferência em favor da Ribeiro Campos Empreendimentos Imobiliários Ltda. de 100 das cotas de empreendimento "RRM". (III) AGS: Em 29/10/12, a controlada "RKGL" firmou junto à Domestilar Ltda. ("Domestilar") um termo de cessão de direitos referentes às ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, que a Domestilar possuía no empreendimento "AGS", bem como os créditos de titularidade da Domestilar referentes aos adiantamentos para futuro aumento de capital realizados por ela até a data da aquisição. De acordo com cláusula de condição resolutiva do contrato a Companhia está discutindo judicialmente com os cedentes forma de restituição de participação no empreendimento "AGS". (IV) AGS: Em 2016 a Tenco celebrou o contrato de compra das ações Green Brazil Empreendimentos Ltda., equivalente à participação de cedentes no empreendimento Arnaud Garden São paing S.A. O contrato de compra e venda tem como objeto o comprometimento da Green de vender e transferir para a Tenco, a totalidade das 3.817.558 ações de titularidade da Green. Pela aquisição das ações, a Tenco pagará à Green o preço total de R$12.606. Em 2017, o contrato foi aditivado, alterando a forma de pagamento, sendo 24 parcelas mensais, vencendo-se a primeira no dia 20/11/19. Em 2018, a Tenco obteve a anuência do Banco Amazônia S.A., credor da cédula de crédito bancário do AGS. Negociações encontram-se em andamento junto à Green Brazil para postergação do prazo de pagamento. **20. Impostos diferidos:** Cálculo do IRPJ e CSSL sobre o ganho no valor justo das propriedades para investimentos no exercício de controle:

	2020	2013
Valor justo das propriedades para investimentos no exercício de controle	471.800	471.800
Valor contábil	(411.584)	(411.584)
Depreciação acumulada	(2.733)	(7.484)
Impairment do mais valia	(29.870)	-
	28.613	**52.412**
Alíquota nominal composta - IRPJ e CSSL	34%	34%
IRPJ e CSSL diferidos	7.212	17.820

Movimentação do IRPJ e CSSL diferido:

	2020	2013
Saldo inicial ativo	**14.530**	**34.350**
Utilização para integralização de capital	-	(3.324)
Impairment imposto diferido	(44.463)	(14.281)
Outros ajustes	(159)	(14)
Saldo final ativo	**31.908**	**16.530**
Saldo inicial passivo	**(17.820)**	**(18.372)**
Reversão de IR diferido passivo sobre valor justo na apropriação de custeio	10.608	452
Saldo final passivo	**(7.212)**	**(17.820)**
Saldo compensado entre ativo e passivo	24.696	58.710
Efeito no resultado da constituição e reversão do IR diferido	(33.850)	(33.833)

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na projeção da probabilidade de realização da respectiva tributação fiscal por meio do lucro tributável futuro. Abaixo, a projeção da realização dos impostos diferidos, observou-se que, em alguns empreendimentos o aproveitamento do prejuízo fiscal e da base negativa se dará em prazo superior a 10 anos. Consequentemente, a correspondente parcela do ativo diferido foi baixada contra o resultado. R$13.140 em 2021, R$9.041 em 2022, R$5.516 em 2023, R$6.463 em 2024, R$5.175 em 2025 e R$11.124 em ITQ. **21. Provisões para riscos:** A Grupo e parte em discussões e interpretações da legislação civel e previdenciária vigente, no curso normal de suas operações. A Administração acompanha o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores legais (internos e externos) e jurídicos internos, para todos os processos em que o prognóstico de perda for provável, foi feita uma provisível e constituída provisão para riscos, incluindo principal e encargos. Esta provisão é constituída pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas. Em 31/12/2020 e de 2013, as provisões para perdas estimadas em processos de natureza trabalhista e cível, classificados pela Administração como perda provável, originadas principalmente de demandas de profissionais de segurança e responsabilidade veículo empregatício. O Grupo não possui depósitos judiciais vinculados às provisões constituídas. A movimentação dos litígios provisionados, cuja probabilidade de perda é classificada como provável é como segue:

Contraditória 2020	Contraditória 2013	Consolidado 2020	Consolidado 2013
1.118	1.182	1.582	1.582
132.451	108.434		
	(108.498)		
133.569	**112.875**		

Conforme demonstrado acima, a principal composição das causas com risco de perda provável e remota refere-se a ações trabalhistas e cíveis. **22. Patrimônio líquido:** a) Capital subscrito: O maior número de ações trabalhistas do Grupo cinge-se em discussões sobre responsabilidade subsidiária entre empreendimentos como tomadores de serviços (Súmula 331 do TST (Tribunal Superior de Trabalho). Os setores de manutenção e limpeza normalmente são os mais requisitados, acarretando em empenhadas ações. Os terceirizados possuem contratos formais e são pouco as cisques que, ao fim, ajuste-se a responsabilidade da empreendimento e, principalmente, se a Companhia se beneficiou ou se beneficiou-se alguém fora de seus quadros, normalmente figura nestas demandas como fornadores de serviços sem responsabilidade trabalhista, no entanto, nos termos da Súmula 331 (Orientação Jurisprudencial) do TST. As demais ações jurídicas do Grupo varia entre profissionais de setor administrativo e de marketing dos empreendimentos, bem como corretores autônomos (prestadores de serviço), sendo recorrentes pedidos de vínculo de empregatício, diferenças, cálculos contravencionais e danos morais. b) Classe: Ações relativas a causas oriundas de relação com clientes e fornecedores. Ações de natureza tributária e previdenciária contabilizadas quando cabem em valores de atrasos na inauguração do shopping e/ou implantação de lojas (incorpora prorrateio do fornecimento da formação do Fundo de Propaganda). Ações referem-se a eventos ocorridos no estacionamento, eventos de marketing, praça alimentação e/ou estabelecimento lojista, valor não é relevante, a maioria das ações ajuizadas em face da construção ou reformas dos empreendimentos. Os terceirizados possuem contratos formais e são poucos os casos que, ao fim, ajuste-se a responsabilidade do

EDITAL para **CONHECIMENTO** de **TERCEIROS**, expedido nos autos de **INTERDIÇÃO** de **DETLEF ANDREAS MANFRED PETERS**, requerido por **MARLENE TADEU PETERS**, Processo nº **0000278-77.2020.8.26.0704**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da **2ª VARA FÁMILIA E SUCESSÕES DO FORO REGIONAL XV - BUTANTÃ**, Estado de São Paulo, **Dr(a). PAULA LOPES GOMES**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por **SENTENÇA** proferida em **08/07/2021**, publicada em **08/07/2021**, foi **DECRETADA A INTERDIÇÃO** de **DETLEF ANDREAS MANFRED PETERS**, CPF 004.295.038-49, sendo declarando incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeado como **CURADOR**, em caráter **PROVISÓRIO**, o **Sr. MARLENE TADEU PETERS** (RG 13.129.319; CPF 100.818-198-62), sendo que com relação aos limites da curatela esta só atingirá os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, conforme fundamentação de fls. 85 da Lei 13.146/15. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e arquivado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 28 dias do mês de junho de 2021.

23/09 - 6 13/10

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(Atual Denominação da Isec Securitizadora S.A)
CNPJ/NIRE Nº 01.789.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.941

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 22ª EMISSÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única (CRA") da Série Única 22ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (ATUAL DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A)**, com sede na Rua Tabapuã nº 1123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, CEP 04533-014, São Paulo/SP ("Emissão", "Emissão" e "Emissora", respectivamente, a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, convidados a se reunirem, em **primeira convocação**, em Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 14 de outubro as 14h00, de forma exclusiva e eletrônica, a ser realizada através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("IN CVM 625"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 21.4 do Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio da 22ª Emissão, celebrado em 28 de outubro de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Não decretação do Vencimento Antecipado do CDCA e consequentemente dos CRA, em razão do descumprimento do prazo estabelecido no item ("a.i") das deliberações da Assembleia Geral realizada em 19 de maio de 2021 (realizada 19/05/2021) para conclusão do registro do *Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças* ("*Alienação de Imóvel*") e/ou Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças (Cessão de Direitos" e, em conjunto com a Cessão de Imóvel, "Cessão" e, em conjunto com o Contrato de Registro de Imóveis de Sallyr SP, b) Caso não decretado o Vencimento Antecipado do CDCA e consequentemente dos CRA, conforme item (a) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de 120 (cento e vinte) dias, contados da realização da Assembleia, para conclusão do registro do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel supracitado; c) Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementação das deliberações acima. O material necessário para embasar a deliberação dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc e (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br. a) Assembleia será realizada em primeira convocação mediante a presença de Titulares dos CRA que representem, no mínimo, a maioria absoluta dos CRA em circulação, nos termos da cláusula 21.5 do Termo de Securitização. O Quórum para deliberação das matérias previstas na ordem do dia será de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, conforme cláusula 14.8 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital poderá ser realizada exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet, sem possibilidade de participação de forma presencial; com a possibilidade de envio de Manifestação de Voto previamente, por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora aqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para pereira@virgo.inc com cópia para juridico@virgo.inc e ao Agente Fiduciário para ejeandrade@vortx.com.br preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem poderes de representação; e (c) quando por procuradores, por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais; d) titular do CRA ("Titular do CRA") poderá optar por exercer o seu direito de voto a seu critério e necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://www.isecbrasil.com.br) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRA na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá (i) estar devidamente reconhecida e assinada pelo Titular do CRA ou por seu representante legal, de forma eletrônica ou não, e se for de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes; Conforme art. 7º da IN CVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de setembro de 2021

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
(ATUAL DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A)

24 e 25/09

BSB ENERGÉTICA S.A.

CNPJ/ME nº 03.820.450/0001-96 - NIRE/SEDE nº 353.0033461-2

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de setembro de 2021

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 02/09/2021, às 11h, exceptuando-se demais datas e horas, nos termos da Instrução Normativa do DREI 81, de 10/06/2020. **2. Convocação e Presença**: Os membros do Conselho de Administração foram devidamente convocados nos termos do § 1º do artigo 18 do Estatuto Social da BSB Energética S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), estando presentes todos os Conselheiros: José Guilherme Antioga do Nascimento, Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho, Jorge Andrade Pereira Filho, Jaime e Patricia Pereira Heisler. **3. Composição da Mesa**: Nos trabalhos e deliberações, conforme se verifica pelas assinaturas ao final desta ata. **3. Mesa**: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. José Guilherme Antioga do Nascimento, que convidou a Sra. Jaime e Lucianne de Castro Marques Torres para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(i)** a realização pela Companhia de sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória e/ou reforços restritos, em regime de garantia firme de colocação, no valor de R$ 345.000.000,00 ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16/01/2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e Oferta Restrita, respectivamente), a ser submetida à Assembleia Geral da Companhia; **(ii)** a outorga de alienação fiduciária, sob condição suspensiva, pela Companhia, da totalidade de ações de emissão da Brasil PCH S.A. ("Brasil PCH") detidas pela Companhia nesta data e que venham a ser detidas pela Companhia em decorrência do exercício de seu direito de preferência para aquisição das ações de emissão da Brasil PCH, na proporção de sua participação no capital social da Brasil PCH, nos termos do Acordo de Acionistas da Brasil PCH, observada a notificação para manifestação formulada pela Companhia em 19/08/2021 ("Ações Preferenciais Judiciais e Chipley SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial em 06/08/2021 e conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 06/08/2021, a fim de garantir as obrigações da Companhia assumidas no âmbito da Emissão; **(iii)** a convocação da AGE para deliberar sobre: (a) a aprovação da realização da Emissão pela Companhia; (b) a outorga da alienação fiduciária, sob condição suspensiva; e (c) a ratificação de todos os atos relacionados às matérias acima que tenham sido praticados pela administração anteriormente a data da reunião do AGE; **(iv)** a autorização aos Diretores da Companhia para praticarem todos e quaisquer atos necessários à efetivação das matérias contantes dos itens acima; e **(v)** a ratificação de todos os atos relacionados às matérias acima que tenham sido praticados pela administração anteriormente à data da reunião do conselho de administração. **5. Deliberações**: Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os conselheiros, deliberaram o que segue: 5.1. Aprovar, por unanimidade de votos dos conselheiros presentes e sem quaisquer reservas ou restrições, a Emissão e a Oferta Restrita com as principais características descritas a seguir e nos termos a serem previstos no *"Instrumento Particular de Escritura de Emissão de 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da BSB Energética S.A."* a ser celebrado entre a Companhia e agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Agente Fiduciário") ("Escritura de Emissão"): (i) Número da Emissão: As Debêntures representam a 1ª emissão de Debêntures da Emissora; (ii) Data de Emissão: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será a data a ser definida na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); (iii) Valor Total da Emissão: O valor de Emissão é de R$ 345.000.000,00 (trezentos e quarenta e cinco milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"); (iv) Séries: A Emissão será realizada em série única; (v) Colocação e Procedimento de Distribuição: As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, em regime de garantia firme de colocação, nos termos das disposições das Debêntures, com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A., na qualidade de instituição financeira intermediária líder da Oferta Restrita ("Coordenador Líder", nos termos da *Instrução CVM 400, da Instrução de Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser convolada na Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, das Debêntures da 1ª Emissão da BSB Energética S.A.*", celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"); (vi) Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados pela Companhia: (i) a aquisição de parte das ações emitidas pela Brasil PCH e detidas pela Chipley SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial (ou pela Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial, caso esta última venha a incorporar a primeira), representativas, na Data de Emissão, de 15,3% do capital social da Brasil PCH, mediante exercício do direito de preferência da Emissora previsto no Acordo de Acionistas da Brasil PCH e nos termos do Edital de Alienação Judicial de Ações Unidade Produtiva Isolada por Meio de Propostas Isoladas que determinou as regras de alienação da referida participação societária na Brasil PCH, nos autos do processo de recuperação judicial de Chipley (Autos nº 1109257-54.2019.8.26.0100, em trâmite perante o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo ("Alienação Judicial de Ações"); (ii) despesas e custos relacionados à estruturação, distribuição, garantia firme das Debêntures, incluindo, mas não se limitando, todos os custos com prestadores de serviços no âmbito da Emissão e custos e despesas para constituição da Alienação Fiduciária; (iii) despesas relacionadas a atendimento de obrigações necessária para o Registro em Categoria B (conforme abaixo definido) pela Emissora; e (iv) o que sobrar, após os itens (i) e (iii) acima, especificados, será utilizado pelos devedores da Emissora; (vii) Valor Nominal Unitário: As Debêntures terão valor nominal unitário de R$ 1.000,00, na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (viii) Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária a ser convolada na espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei 6.404/76, conforme alteração ("Lei das S.A."). A convolação aqui tratada será efetuada mediante aditamento a Escritura de Emissão, sem a necessidade de realização de nova aprovação societária da Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas; (ix) Prazo e Data de Vencimento: Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e/ou Resgate Antecipado Facultativo ou Aquisição Facultativa (conforme termos definidos abaixo), ocasiões em que a Emissora estará obrigada a proceder ao pagamento das Debêntures de acordo com os termos e prazos previstos na Escritura de Emissão e/ou eventuais aditamentos, o prazo de vencimento das Debêntures será prazo de 103 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data a ser indicada na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento"); (x) Quantidade das Debêntures: Serão emitidas 345.000 debêntures ("Debêntures"); (xi) Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, desde a Primeira Data de Integralização até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) ("Valor Nominal Unitário Atualizado", nos termos a serem descritos na Escritura de Emissão); (xii) Juros Remuneratórios: Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado incidirão juros remuneratórios correspondentes a 6,75% ao ano, base 252 Dias Úteis (conforme termos a ser definidos na Escritura de Emissão). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado, de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão ("Juros Remuneratórios"); (xiii) Pagamento dos Juros Remuneratórios: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo ou Aquisição Facultativa, ou, ainda, do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios serão pagos de forma semestral; (xiv) Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, e/ou Resgate Antecipado Facultativo e/ou da Aquisição Facultativa das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário Atualizado será amortizado em 17 parcelas semestrais consecutivas, sendo que a primeira parcela será devida em 15/04/2022 e a última na Data de Vencimento, de acordo com o cronograma a ser previsto e demais datas a serem indicados Escritura de Emissão; (xv) Encargos Moratórios: Sem prejuízo da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida e não paga aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, de: (a) juros moratórios de 1% ao mês, *pro rata temporis*, e de mês sobre o montante devido, *calculados pro rata temporis*; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios"); (xvi) Amortização Extraordinária Facultativa: A Emissora poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures, até o limite de 98% do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso) ("Amortização Extraordinária Facultativa"), observadas as condições a serem estabelecidas na Escritura de Emissão, inclusive com relação ao prêmio a ser a estabelecido; (xvii) Resgate Antecipado Facultativo: a Emissora poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"), observadas as condições a serem estabelecidas na Escritura de Emissão, inclusive com relação ao prêmio a ser a estabelecido; (xviii) Aquisição Facultativa: as Debêntures poderão ser adquiridas pela Emissora, a qualquer momento, e/ou, a qualquer momento, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, § 3º, da Lei das S.A. (nos termos do artigo 13 e 14 da Instrução CVM 620, de 17/03/2020, conforme alterada, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário Atualizado, devendo o fato ser comunicado à administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário Atualizado, desde que observado o disposto na Lei vigente ("Aquisição Facultativa"). As Debêntures que venham a ser adquiridas poderão: (i) ser canceladas, (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se o quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos benefícios e prerrogativas atribuídos a as demais Debêntures das demais Debêntures. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, a Escritura de Emissão deverá ser aditada para refletir tal cancelamento, sem necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; (xix) Garantias: Para a Emissão, as seguintes garantias, a partir da Data de Emissão, pela alienação fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade das ações de sua titularidade, emitidas pela Brasil PCH, representando de 30% do capital social desta última, uma vez efetivada a Alienação Judicial de UPI, bem como quaisquer novas ações que venham a ser subscritas ou de qualquer forma adquiridas pela Companhia, pelo menos dos atos largos 166, 167, 169 e 170 da Lei das S.A., incluindo todos os direitos e frutos delas decorrentes, nos termos previstos no contrato de alienação fiduciária de ações a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Brasil PCH" e "Alienação Fiduciária"), nos termos do artigo 125 da Lei 10.406, de 10/01/2002, conforme alterada, a eficácia da Alienação Fiduciária ações ações sujeita ao registro, no livro registro e no livro de transferência das ações da Brasil PCH, da transferência das ações de emissão da Brasil PCH adquiridas no âmbito da Alienação Judicial de UPI para a Companhia ("Ações Brasil PCH Adquiridas") (xx) Vencimento Antecipado: A Emissora poderá declarar antecipadamente vencidas e exigir o imediato pagamento pela Emissora do valor devido nos termos a serem definidos na Escritura de Emissão, das Debêntures, bem como o Agente Fiduciário, a Agente Liquidante e Escriturador, os assessores legais, o Coordenador Líder e assessor financeiro, **(iii)** outorgar mandatos e procurações no âmbito da Emissão, incluindo, porém não se limitando a procurações necessárias para a eficácia da Alienação Fiduciária e/ou de instrumentos para contratação do banco depositário; **(v)** negociar os termos e condições, celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta Restrita, incluindo os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: **(a)** a Escritura de Emissão, **(b)** o Contrato de Distribuição; **(c)** o mandato da Oferta Restrita; **(d)** o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Brasil PCH, **e (e)** os demais documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta Restrita, desde que, respeitadas as condições discriminadas no item 5.1 acima. 5.5. Aprovar, por unanimidade dos votos dos Conselheiros, consignada a abstenção da conselheira Patricia Pereira Kleiber, a ratificação de todos os atos relacionados às matérias acima que tenham sido praticados pela administração anteriormente a data desta reunião do conselho de administração. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura da presente ata, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos Conselheiros presentes. Srs. José Guilherme Antioga do Nascimento, Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho, Jorge Antônio Carvalho Lima e Patricia Pereira Kleiber, pelo Presidente da Mesa, Sr. José Guilherme Antioga do Nascimento, pela secretaria da reunião, Sra. Lucianne de Castro Marques Torres. São Paulo, 02/09/2021. Ata arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 441.863/21-8 em 14/09/2021. Gisela Simiema Seuchin - Secretária-Geral.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Extraordinária
SEVEN COOPERATIVA DE TRABALHO NOS PROFISSIONAIS EM TECNOLOGIA E GESTÃO INTEGRADA DE NEGÓCIOS E SERVIÇOS

Inscrita no CNPJ/MF sob nº 24.064.488/0001-89 e NIRE 35400176687, endereço Avenida Paulista nº 807, c.2315, andar 23 - Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01310- 300, através de sua presidente em exercício, Srta. Simone Cristina Leite Vital e dos poderes que lhe são conferidos pelos artigo 21º da Lei nº 5.764/71, pelo artigo 4º, inciso VII, do precipe EDITAL de Convocação de seu Estatuto Social, CONVOCA a todos os seus cooperados para a Assembleia Geral extraordinária, nos termos do artigo 31º do Estatuto Social, que se realizará na Avenida Paulista nº 807, c.2315, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01310-300, na cidade de São Paulo/SP, no dia 27/09/2021, às 14h em primeira convocação, com 2/3 (dois terços) dos associados; em 2ª convocação às 19h00, com a metade mais um dos associados e em 3ª e última convocação às 20h00, cuja realização depende do quórum mínimo de 50 (cinquenta) associados, ou no mínimo 20% (vinte por cento) dos associados, conforme estabelecido no parágrafo único do artigo 34º, exigida a presença de no mínimo 4(quatro) sócios, para deliberar a seguinte **ordem do dia: I** - Eleição para o cargo de Administração vice-Presidente, **II** – Demais assuntos de interesses dos associados. São Paulo, 22 de setembro de 2021.
Simone Cristina Leite Vital – Presidente.

TP-LINK Tecnologia do Brasil Ltda

CNPJ 12.667.763/0001-70

Demonstrações Financeiras Encerrado findo em 31 de Março de 2021 - Em reais

Balanço Patrimonial	31/03/2021	31/03/2020
Ativo / Circulante	241.387.688	175.181.577
Caixa e equivalente de caixa	21.879.711	7.637.229
Contas a receber de clientes	168.579.945	92.673.536
Impostos e contribuições a recuperar	8.546.420	1.926.701
Estoques	148.529.677	70.740.239
Outros ativos	2.265.935	405.362
Não Circulante	**124.391.230**	**1.947.268**
Investimentos	122.399.362	-
Imobilizado	992.435	1.947.266
Total Ativos	**365.778.918**	**177.128.845**
Demonstrações do resultado	**Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 a 31/03/2021**	**Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 a 31/03/2020**
Receita operacional líquida	171.457.761	113.000.770
Custo das vendas	(119.878.211)	(83.529.392)
Lucro Bruto	**51.587.534**	**29.674.367**
(Despesas) / receitas operacionais	**(11.867.984)**	**(12.865.957)**
Administrativa e comerciais	(8.742.288)	(6.982.966)
Variação Cambial	(2.908.964)	(5.018.886)
Financeiras, líquidas	(236.734)	1.135.895
Outras receitas e despesas	-	-
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	**39.699.551**	**17.588.540**
IRPJ e CSLL correntes	(12.585.000)	(3.697.914)
Lucro do exercício	**27.114.551**	**13.890.557**

Balanço Patrimonial	31/03/2021	31/03/2020
Passivo e Patrimônio Líquido / Circulante	**307.078.251**	**118.790.780**
Empréstimos e financiamentos	21.139.124	11.570.000
Fornecedores	243.468.999	88.295.385
Obrigações Sociais e trabalhista	1.150.116	1.087.844
Obrigações tributárias e fiscais	38.393	10.315.079
Outros contas a pagar	40.842.620	5.522.472
Não Circulante	**175.000**	**1.331.500**
Arrendamento Mercantil-Locação	-	1.331.500
Contingência	175.000	650.900
Patrimônio líquido	**58.487.819**	**57.886.573**
Capital social	30.884.553	32.532.227
Lucros acumulados	32.532.227	4.554.789
Lucro do Exercício	27.114.551	13.890.557
Total do passivo e patrimônio líquido	**365.740.730**	**177.128.853**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2019	**30.781.132**	**4.554.789**	**43.335.921**
Pagamento de Dividendos para Matriz	- (4.554.788)	(4.554.788)	
Lucro líquido do exercício	32.532.227	**32.532.227**	
Saldos em 31/12/2020	**30.781.132**	**32.532.227**	**131.280.429**
Lucro líquido do exercício	-	27.114.551	**27.114.551**
Saldos em 31/03/2021	**30.781.132**	**119.646.927**	**150.487.978**
Pagamento de Dividendos para Matriz	-	(87.532.227)	(87.532.227)
Saldos em 30/06/2021	**30.781.132**	**132.886.120**	**177.647.291**

A Diretoria
Contador - Vitor Gomes - CRC 1SP 17861-06

Exercício, e Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e o Parecer dos auditores independentes estão ou estarão disponíveis na sede da Companhia.

TP-LINK Tecnologia do Brasil Ltda

CNPJ 12.667.763/0001-70

Demonstrações Financeiras Exercício findo em 30 de Junho de 2021 - Em reais

Balanço Patrimonial	30/06/2021	30/06/2020
Ativo / Circulante	**291.895.121**	**221.858.542**
Caixa e equivalente de caixa	33.656.329	4.733.176
Contas a receber de clientes	150.045.387	121.286.191
Impostos e contribuições a recuperar	7.128.154	5.628.075
Estoques	124.132.126	87.898.310
Outros ativos	1.933.211	2.092.409
Não Circulante	**123.866.941**	**2.625.186**
Provisões Gerais	122.980.122	-
Imobilizado	886.825	2.625.186
Total Ativos	**415.762.062**	**222.683.878**

Demonstrações do resultado	Acumulado do Atual Exercício 01/04/2021 a 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/04/2020 a 30/06/2020
Receita operacional líquida	141.262.436	145.529.961
Custo das vendas	(104.154.266)	(96.855.584)
Lucro Bruto	**27.208.172**	**33.806.003**
(Despesas) / receitas operacionais	**(6.348.204)**	**(17.771.113)**
Administrativa e comerciais	(12.303.802)	(8.125.587)
Variação Cambial	6.140.020	(9.131.766)
Financeiras, líquidas	(186.418)	(1.386.338)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	**20.860.45**	**16.035.681**
IRPJ e CSLL correntes	(7.741.996)	(2.165.124)
Lucro do exercício	**13.278.292**	**13.765.253**

Balanço Patrimonial	30/06/2021	30/06/2020
Passivo e Patrimônio Líquido / Circulante	**243.970.788**	**157.388.292**
Empréstimos e financiamentos	29.360.000	15.377.000
Fornecedores	166.159.984	116.257.836
Obrigações Sociais e trabalhista	1.695.162	1.432.620
Obrigações tributárias e fiscais	13.401.071	14.135.569
Outros contas a pagar	32.724.571	6.138.267
Não Circulante	**175.000**	**1.331.389**
Arrendamento Mercantil-Locação	-	680.900
Contingência	175.000	650.489
Patrimônio líquido	**171.441.271**	**78.771.826**
Capital social	30.781.132	30.884.553
Lucros acumulados	32.532.227	4.554.789
Lucro do Exercício	13.278.292	13.765.253
Total do passivo e patrimônio líquido	**415.782.059**	**223.883.878**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2019	**30.781.132**	**4.554.788**	**43.335.920**
Pagamento de Dividendos para Matriz	- (4.554.788)	(4.554.788)	
Lucro líquido do exercício	30.781.132	32.532.227	32.532.227
Saldos em 31/12/2020	**30.781.132**	**32.532.227**	**131.280.429**
Lucro líquido do exercício	-	27.114.551	**27.114.551**
Saldos em 31/03/2021	**30.781.132**	**119.646.927**	**158.487.978**
Pagamento de Dividendos para Matriz	-	(87.532.227)	(87.532.227)
Saldos em 30/06/2021	**30.781.132**	**132.886.120**	**177.647.291**

A Diretoria
Contador - Vitor Gomes - CRC 1SP 17861-06

Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, e Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e o Parecer dos auditores independentes estão ou estarão disponíveis na sede da Companhia.

Geribá Participações 11 S.A.

(Em Organização) | **Ata de Assembleia Geral de Constituição**

I. Data, Hora e Local - Realizada em 31/8/21, às 15hs, no futuro endereço da sede da Geribá Participações 11 S.A. em São Paulo/SP, R. Dr. Renato Paes de Barros, 750, 17º andar, conjunto 173 - sala GEP11, CEP 04530-001. **II.** Convocações, Presenças e Quórum - Dispensada a publicação de edital de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alteração ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionistas subscritores representando a totalidade do capital social inicial da Geribá Participações 11 S.A. - Em organização ("Companhia"), conforme assinaturas qualificadas nos Boletins de Subscrição constantes do Anexo II a esta ata, a saber: Nelson da Silva Cardoso de Oliveira, Marko Jovovic e Paulo Lucas Queiroz Figueiredo. **III.** Composição da Mesa - Nelson da Silva Cardoso de Oliveira - Presidente. Marko Jovovic - Secretário. **IV.** Deliberações - Aprovar a lavratura da ata em forma sumária, conforme o artigo 130, §1º, da Lei das S.A.: **(i)** Aprovar a instalação da sociedade e a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de Geribá Participações 11 S.A., com sede em São Paulo/SP, R. Dr. Renato Paes de Barros, 750, 17º andar, conjunto 173 - sala GEP11, CEP 04530-001. **(ii)** Fixar o capital social inicial de R$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está integralizado em 10%, tendo sido constatado a realização em dinheiro, de R$100,00 depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S.A., nos termos dos artigos 80, inciso III, e 81 da Lei das S.A., todo de acordo com os Boletins de Subscrição e o Recibo de Depósito que constituem os documentos constantes dos Anexos II e IV a esta ata. O saldo restante R$900,00 será integralizado em moeda corrente de curso em até 180 dias. **V.** Aprovar o Estatuto Social da Companhia, que em anexo constitui o Anexo III a esta ata, dando-se por dispensada a reunião dos subscritores constituída Geribá Participações 11 S.A., em razão de comprimento de todas as formalidades legais. **S.** Eleger como membros da diretoria, todos com mandato de até 2 anos, **(i)** Nelson da Silva Cardoso de Oliveira, RG 31.041.210-3 SSP/SP e CPF/ME nº 350.410.518-00, como Diretor sem designação específica; e **(ii)** Felipe Rios, RG 46.655.442-4 SSP/SP CPF/ME nº 394.991.568-01, como Diretor sem designação específica; e **(iii)** Luiz Carlos Tamur Junior, RG 25.888.554-1 SSP/SP CPF/ME nº 270.420.798-46, como Diretor sem designação específica, todos residentes e com São Paulo/SP, endereço profissional R. Dr. Renato Paes de Barros, 750, conjunto 173 - sala GEP CEP 04530-001. São Paulo/SP e, os quais declaram não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis e não estão condenados por crime que impeça de exercer cargo público, ou que tenha sido condenado, que constitui a diretoria e declaram que não estão impedidos de exercer cargo de administração ou de controle de qualquer outra sociedade mercantil em regime de mandato e/ou sob regime de sócio. **VI.** Eleger como membros do conselho de administração, todos com mandato até 2 anos: **(i)** Nelson da Silva Cardoso de Oliveira, RG 31.041.210-3 SSP/SP CPF/ME nº 350.410.518-00, como Diretor sem designação específica; **(ii)** Felipe Rios, RG 46.655.442-4 SSP/SP CPF/ME nº 394.991.568-01, como Diretor sem designação específica; e **(iii)** Luiz Carlos Tamur Junior, RG 25.888.554-1 SSP/SP CPF/ME nº 270.420.798-46, como Diretor sem designação específica, todos residentes e com São Paulo/SP, endereço profissional R. Dr. Renato Paes de Barros, 750, conjunto 173 - sala GEP CEP 04530-001. São Paulo/SP, e os quais declaram não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis e não estão condenados por crime que impeça de exercer cargo público, ou que tenha sido condenado, que constitui a diretoria e declaram que não estão impedidos de exercer cargo de administração ou de controle de qualquer outra sociedade mercantil em regime de mandato e/ou sob regime de sócio. **VII.** Fixar a remuneração global dos administradores, no montante de um salário mínimo atualmente em vigor no Brasil. **VIII.** Eleger como membros do conselho de administração, todos com mandato até 2 anos: **(i)** Nelson da Silva Cardoso de Oliveira, RG 31.041.210-3 SSP/SP CPF/ME nº 350.410.518-00, como Diretor sem designação específica; **(ii)

Brasileiro de Rally

Bicampeões Victor Corrêa/Maicol querem reagir no campeonato

A terceira rodada dupla do Campeonato Brasileiro de Rali de Velocidade, com a disputa do Rally de Rio Negrinho, a 266 km de Florianópolis, capital de Santa Catarina, neste fim de semana (25 e 26/9), pode marcar novamente a tremenda reação que levou a dupla Victor Corrêa/Maicol Souza (Unifenas/RT One Rally) ao bicampeonato da categoria R5 (veículos 4x2 com preparação limitada) na temporada passada.

Foto: Elson Castro

"Nas duas primeiras provas tivemos a infelicidade dos problemas mecânicos que já tiraram nossos dois descartes. Sem estas quebras, certamente estaríamos brigando pela liderança do campeonato. Agora basta torcer para o carro não nos deixar na mão e fazermos bem a nossa parte", explica o navegador catarinense de Itajaí (SC) Maicol Souza.

"Estamos em um momento bem complicado do campeonato, porque estamos vindo de quatro etapas e duas quebras e acumulamos poucos pontos. A diferença para o líder Evandro Carbonera é muito grande, então a gente tem que ir com tudo pra conseguir uma recuperação agora, pois vamos para a metade do campeonato. Então, é concentrar ao máximo e trabalhar bem para fazer a recuperação no campeonato", planeja o piloto mineiro de Alfenas Victor Corrêa.

Este será o quarto rali válido pelo Brasileiro de Rali de Velocidade no planalto catarinense, região do polo florestal mais expressivo da América Latina, abrigando indústrias madeireiras, moveleiras, de papel e papelão. A prova terá o total de 333 Km, sendo 183 km cronometrados divididos em 12 Especiais. E esta prova traz boas lembranças para a dupla Victor Corrêa/Maicol Souza, pois foi em Rio Negrinho que eles conquistaram antecipadamente o primeiro título de campeões brasileiros em 2018, e foi neste mesmo rali em que no ano passado iniciaram uma fantástica recuperação, saindo também da quarta posição do campeonato para conquistar o segundo título de campeões ao final de 2020.

"É sempre muito bom voltar em Rio Negrinho, o evento nos traz excelentes lembranças. A estrutura é ótima, gostamos das Especiais, bem sinuosas, e o chão de terra e cascalho é muito bom. Então, estamos felizes em voltar para este rali", completou o piloto da Unifenas.

Classificação do Campeonato Brasileiro de Rally de Velocidade – Categoria R5: 1) Evandro Carbonera/Juliano Gracioli, 34; 2) Luciano Fleck/Gilson Rocha, 19; 3) Tiago Klimaczewski/Felipe Klimaczewski, 17; 4) Victor Corrêa/Maicol Souza, 14; 5) Andrey Karpinksi/Murilo Hekave, 13; 6) André Krueger/Luis Villar, 12; 7) Cláudio Sargineski/Mateus Perin, 11; 8) Luciano Américo/Márcio Ruckl, 8; 9) Marcos Debien/Enrico Aquino, 6; 10) Dejair Pasa/Caroline Pasa, 5.

Digo Baptista testa em Varano e inicia preparação para a final em outubro

Foto: Alfa Romeo ETCR

Quinto colocado na temporada de estreia do PURE ETCR - nova categoria de turismo de carros elétricos – e com chances de brigar pelo título na última etapa, mês que vem, na França, o brasileiro Digo Baptista participará de dois dias de testes, nesta quinta e sexta-feira (23 e 24), visando os preparativos para a etapa decisiva.

O piloto, que corre pela equipe Romeo Ferraris, já foi ao pódio na etapa de Aragón, na Espanha, e tem sido muito constante nas quatro etapas até aqui. Digo tem 197 pontos e é o melhor piloto do time italiano na competição.

Em busca da constante evolução do modelo Giulia ETCR, a equipe Romeo Ferraris fará quatro dias de testes no total, com seus quatro pilotos. Além de ajustes para a final, marcada para os dias 15, 16 e 17 de outubro, em Paul-Arnos, o time também já começa a testar algumas novidades para a temporada 2022.

"Vamos testar na pista de Varano, que fica ao lado da sede da equipe. Vamos trabalhar para acertar o carro para a final, mas já vendo alguns pontos para o ano que vem", contou Digo, que completou recentemente 25 anos.

"Estamos sempre buscando melhorar, mexendo no carro para evoluir. Serão quatro dias de testes no total, mas cada piloto participará de dois. Mas, com certeza, serão sessões muito importantes para chegarmos o mais preparado possível para última etapa do ano", completou o brasileiro.

O Giulia ETCR by Romeo Ferraris é derivado do modelo Giulia de rua, mas com um trem de força com potência de até 500 KW, equivalente a 680 cavalos de potência, capaz de atingir 271 km/h.

Maverick Kart Team vence Endurance 6h KGV

Time largou da pole em grid de 65 karts, estabeleceu as duas voltas mais rápidas, para vencer com categoria

Foto: Divulgação Kart

Dois *karts do Maverick Kart Team recebendo a bandeirada de vitória*

Finalmente chegou a primeira vitória de expressão do Maverick Kart Team, depois de excelentes apresentações e pódios nas últimas provas de longa duração do kartismo. E ela veio com categoria, depois de pole position em grid de 65 karts, e volta mais rápida com dois karts diferentes no Endurance 6 Horas KGV, disputado no último fim de semana no Kartódromo Granja Viana, em Cotia (SP).

"Já estávamos batendo na trave e essa vitória só veio consolidar o nosso trabalho como equipe. Nossa evolução é nítida a cada Endurance, tanto na pista quanto nos boxes. Com essa vitória mostramos o nosso real valor, tanto para as demais equipes como até para nós mesmos. Foi super importante que esta vitória tenha vindo antes das 24 Horas de Kart, e somente com pilotos de nosso time que fazem parte da equipe desde o começo do ano. Depois do segundo lugar no ano passado, agora o foco será o sucesso total na prova mais importante da nossa modalidade", comentou Antonio de Oliveira, chefe da Maverick Kart Team.

Divididos em três karts, o Maverick Kart Team foi representado pelos pilotos Alberto Otazú, Anthony Peperone, Augusto Coutinho, Érick Sander, Flávio Alves, Matheus Nozaki, Matheus Sucena, Renan Mazzucante, Rodrigo Oliveira e Rogério Cebola. No staff estiveram o chefe de equipe Antonio Oliveira, com o apoio de Abílio Coutinho, Alberto Otazú, Daniela Viudes, Flávio Alves, Júlio Luiz e Rodrigo Alemão.

A equipe conquistou a pole position (Anthony Peperone), a quinta e 21ª posições de largada. Estrategicamente o time assegurou a segunda e terceira posições até a quarta hora de corrida, oscilando entre cinco e 15 segundos da liderança. A partir daí o time assumiu a liderança e foi sempre perseguido de perto, para receber a bandeirada de vitória com apenas 3s122 de vantagem.

"Foi uma vitória difícil, mas gratificante. Fizemos o que chamamos de cabelo, barba, bigode e costeleta! O time esteve sempre entrosado e rápido, dentro e fora da pista. Eu só tenho o que agradecer ao convite e recepção que recebi para participar desta equipe em que só tenho amigos e uma excelente passagem. Meu coração está aqui", enfatizou Alberto Otazú (Cardoso Funilaria e Pintura/Bianchi Automóveis/AVSP/No Fire Services/Rolley Ball/Speed Truck/Imab Metalúrgica/Luvas DKR/Concept Kart/Lazy Kart).

O Maverick Kart Team já é considerado um dos grandes do kartismo amador, pela consistência de excelentes resultados em provas longas desde o ano passado, com vitória no Endurance Dia dos Pais 2020, 2ª posição nas 24 Horas de Itú, 4º lugar no Enduro 6 Horas do KGV 2021, também 4ª posição no Interclubes 2021 e 2ª posição no Enduro Dia dos Pais 2021. Além disto, dos cinco grandes Endurances de 2021 o time largou da pole position em quatro deles e em segundo no outro, frequentou a liderança em quatro deles e estabeleceu a volta mais rápida em quatro provas, sendo duas vezes com os dois melhores giros.

Reveja o Endurance 6H KGV pelo canal de youtube do Kart Amador SP: https://youtu.be/aOlIOcDoriA

Corrida de São Silvestre é destaque em retomada de grandes eventos no Estado

O Governo do Estado de São Paulo divulgou, na quarta-feira (22), a realização de grandes eventos como parte da retomada econômica do Estado de São Paulo, entre eles a 96ª Corrida Internacional de São Silvestre. A principal corrida de rua da América Latina será no dia 31 de dezembro de 2021. Os protocolos sanitários serão anunciados em breve e publicados no site oficial.

Nesta edição, há algumas novidades. Além da disputa presencial, está disponível a opção do Pelotão Premium, com kit e espaço de largada diferenciados, e o Treinão Virtual, um preparativo para a sua participação na corrida presencial e que poderá ser feito individualmente ou juntamente com a Prova Presencial. As inscrições estão abertas e podem ser feitas no site oficial: www.saosilvestre.com.br.

A tradicional disputa que fecha o ano esportivo nacional terá largada na Avenida Paulista próximo à Rua Augusta e chegada em frente ao prédio da Fundação Cásper Líbero, na Paulista 900. Serão 15 quilômetros por ruas e avenidas da cidade. Mais informações sobre a Prova, como períodos para se inscrever e Regulamento, estão à disposição no site oficial.

O evento oferecerá infraestrutura para o número oficial de inscritos. Não serão disponibilizados recursos extras para atletas que não estejam oficialmente inscritos "pipocas". A organização monitora a inscrição de atletas na categoria 60+ para evitar fraudes.

A Corrida Internacional de São Silvestre é uma propriedade da Fundação Cásper Líbero-SP.

Vôlei de Praia

Nível técnico elevado marcou o Circuito Paulista no fim de semana

As etapas de abertura do III Circuito Paulista Sub 19 e do I Circuito Paulista Sub 17 aconteceram na Capital paulista

A temporada o Circuito Paulista de Vôlei de Praia para a categorias de base começou em grande estilo. No fim de semana, 29 duplas (58 atletas) das categorias Sub 17 e Sub 19, masculino e feminino, estiveram reunidas nas quadras do Nacional Atlético Clube para as disputas das etapas de abertura do III Circuito Paulista Sub 19 e do I Circuito Paulista Sub 17. Durante dois dias foram realizados 55 jogos e foi possível ver de perto a evolução dos jovens atletas, que proporcionaram grandes confrontos.

No sábado, os jogadores do Sub 19 foram em busca dos títulos. Entre os garotos o equilíbrio foi evidente e, numa final que prometia muito, uma contusão acabou definindo a dupla campeã. Igor/Thiago bateu Danilo/Leonardo por 2 a 0, com parciais de 21/13 e 21/0. Na definição do terceiro lugar o placar apertado deixou ainda mais evidente a qualidade dos jogadores, Luís G/Leonardo venceu Arthur/Erik por 2 a 1, 16/21, 21/19 e 15/13.

No feminino, as finais foram mais tranquilas e o título ficou com Marina/Amanda. A dupla derrotou Mariana/Yasmin por 2 a 0, com parciais de 21/15 e 21/10. Já na decisão do terceiro lugar, Maitê/Maria Julia levou a melhor sobre Vitória/Joana, ganhando por 2 a 0, 21/9 e 21/14.

O domingo foi reservado para a estreia do CPVP para a categoria Sub 17, mais uma aposta da Federação Paulista de Volleyball para incentivar o esporte em todo o estado. Gabriel/Yuri foi a dupla vencedora do torneio masculino, batendo na final Victor/Enzo, por 2 a 0, 21/13/e 21/15. Já no feminino, Marina P/Bárbara C ganhou de Pietra M/Letícia por 2 sets a 0, com parciais de 21/17 e 21/16.

"Estamos muito felizes com o início das atividades e vôlei de praia e especialmente com a base. Sucesso dentro de quadra e fora dela, com todos os protocolos de segurança contra a COVID-19 sendo seguidos. Agora, estamos trabalhando para as próximas competições", destaca Mariza Alves, superintende da FPV e coordenadora do Circuito Paulista de Vôlei de Praia.

O Circuito Paulista de Vôlei de Praia tem organização e promoção da Federação Paulista de Volleyball. Mais informações no site www.fpv.com.br

Weal
PRODUTOS DE BEM ESTAR
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO
eko'7
DIGA SIM À VIDA
Para você que sofre de insônia, enxaqueca, dores nas costas e deseja melhor noite de sono, melhor qualidade de vida e saúde através do desenvolvimento sustentável de produtos que promovem bem-estar para pessoas que buscam longevidade, nós temos uma solução para lhe oferecer.
(11) 99653-7522